



2021

RELATÓRIO DE GESTÃO DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



MINISTÉRIO DA
SAÚDE



SUMÁRIO

1. DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR – COM RESTRIÇÃO	3	4. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	5	6. NOTAS EXPLICATIVAS	23
2. INFORMAÇÕES GERAIS	4	5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	8		
3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS	4	5.1 Balanço Financeiro – Todos os Orçamentos	8		
		5.2 Balanço Orçamentário – Todos os Orçamentos	9		
		5.3 Balanço Patrimonial – Todos os Orçamentos	13		
		5.4 Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Todos os Orçamentos	15		
		5.5 Demonstrações das Variações Patrimoniais – Todos os Orçamentos	18		
		5.6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Todos os Orçamentos	22		

1. Declaração Anual do Contador – Com Restrição

Esta declaração se refere às demonstrações consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2021 e suas notas explicativas do Ministério da Saúde.

Reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2021, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) e com o Manual SIAFI, exceto quanto aos assuntos mencionados a seguir:

Quadro de Restrições Contábeis

CÓD.	DESCRIÇÃO	ÓRGÃO
301	FALTA REMESSA MAPA GERENCIAL DIVIDA ATIVA	ANS
302	FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB	FIOCRUZ; FUNASA
306	APROPRIACAO DESPESAS FORA PERIODO COMPETENCIA	FIOCRUZ
315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS_GESTAO	MS; FIOCRUZ; FUNASA; ANVISA; ANS
318	NAO ATEND. ORIENTACAO ORGAO CONT SET/CENTRAL	MS; FIOCRUZ; ANVISA
603	SALDO CONTABIL DO ALMOX.NAO CONFERE C/RMA	MS; FUNASA
604	FALTA DE ATUALIZ. DE ATIVOS CIRCULANTES	ANS
605	FALTA DE RECLASSIF.P/CP DE VALORES LP-ATIVOS	ANS
606	SLD ALONG/INDEV.CONTAS TRANS. AT.CIRCULANTE	FIOCRUZ; ANVISA
615	FALTA DE ATUALIZ.VALORES ATIVO REALIZ.LP	ANS
618	FALTA ATUALIZ. INFORMACOES - DIVIDA ATIVA LP	FIOCRUZ
632	SLD ALONG/INDEV.CONTAS TRANS. AT.Ñ.CIR-IMOBIL	MS; FIOCRUZ; FUNASA; ANVISA
634	FALTA AVALIACAO BENS MÓV/IIMOV/INTANG/OUTROS	ANVISA
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	MS; FUNASA; ANVISA
642	FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP.AT.IMOBILIZ.	MS; FIOCRUZ; FUNASA; ANVISA
643	FALTA/EVOL.INCOMPATIVEL AMORTIZ.AT.INTANGÍVEL	FIOCRUZ
651	FALTA OU INCONSISTÊNCIA NO CONTRATO	MS
653	SLD.ALONG/INDEV.CONTAS CONTROLE	MS; FIOCRUZ; FUNASA; ANVISA
656	CONVENIOS A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA	MS; FIOCRUZ; FUNASA; ANVISA
657	CONVENIOS A APROVAR COM DATA EXPIRADA	MS; FIOCRUZ; FUNASA; ANVISA

CÓD.	DESCRIÇÃO (continuação)	ÓRGÃO
659	CONVÊNIOS A LIBERAR EXPIRADOS	MS; FIOCRUZ; FUNASA
660	CONTR. REPASSE A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA	MS
661	CONTR. REPASSE A APROVAR COM DATA EXPIRADA	MS
662	CONTR. REPASSE A LIBERAR EXPIRADOS	MS
666	TERMO DE PARCERIA A APROVAR COM VIG EXPIRADA	FUNASA
668	ACORDO COOP.TECNICA A COMPROVAR - DATA EXPIRA	MS; FUNASA
669	ACORDO COOP.TECNICA A APROVAR - DATA EXPIRADA	FUNASA
670	ACORDO COOP.TECNICA A LIBERAR - DATA EXPIRADA	MS
671	TRANSF.VOLUNT. S/COMPROV. E NÃO ENV.P/INADIMP	FUNASA
674	SLDS ALONG./INDEVI CONTAS TRANSIT.PAS. CIRCUL	FIOCRUZ; FUNASA
677	FALTA/ATRASSO RETENCAO/RECOL. OBRIG E TRIBUTOS	FIOCRUZ; FUNASA
707	SALDO INVERTIDO - CLASSE 8	FIOCRUZ; FUNASA
714	SALDO INVERTIDO - CLASSE 7	FIOCRUZ
731	ERRO/INSUFICIENCIA DESCRICAO CAMPO OBSERVACAO	FIOCRUZ
773	TED A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA	MS; ANVISA
775	TED A REPASSAR EXPIRADOS	MS; ANVISA
TOTAL DE RESTRIÇÕES DISTINTAS		36

Todos os 6 órgãos da esfera do órgão superior Ministério da Saúde realizaram a conformidade contábil no mês de dezembro de 2021. Desses órgãos, o Grupo Hospitalar Conceição (GHC) foi o único a apresentar Conformidade Sem Restrição, já os outros 5 órgãos apresentaram Conformidade Com Restrição.

O maior número de ressalvas foi referente à restrição 315 (Falta/Restrição Conformidade de Registro de Gestão), apontada em 5 órgãos. Vale esclarecer que durante o exercício financeiro não faltaram esforços para correção das inconsistências contábeis pelas conformidades mensais. Das justificativas apresentadas durante o período, as principais foram: falta de servidor disponível para função, sem acumular outras atribuições; e o difícil acesso à internet, principalmente no caso dos Distritos Sanitários Indígenas (DSIs). Cabe destacar que esta setorial contábil de órgão superior alertou sobre a possibilidade do ordenador de despesa realizar a conformidade de registro de gestão em caráter excepcional, como preconiza a Macrofunção 020314 – Conformidade de Registro de Gestão.

Da mesma forma, a restrição 642 (Falta/Evolução incompatível de depreciação de ativo imobilizado) foi apontada por 4 órgãos. Dentre as justificativas está principalmente a inexistência de sistema extra contábil de controle patrimonial. Compete alertar que muitas unidades gestoras desses órgãos estão em processo de adesão ao Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS). Com base na informação

das unidades de que o processo de implantação está em andamento, espera-se que essa inconsistência seja regularizada durante o exercício de 2022.

Destaca-se, ainda, a restrição 632 (Saldo alongado/indevido em contas transitórias do Ativo Não Circulante – Imobilizado) que foi mencionada por 4 órgãos. Sua aplicação ocorreu ao longo do ano de 2021 e também no mês de encerramento em função da não conclusão de providências pelas unidades responsáveis. As inconsistências referentes à restrição 632 impactam diretamente no Ativo Imobilizado, gerando uma superavaliação no Balanço Patrimonial do Ministério da Saúde.

RODRIGO LOPES RIBEIRO TORRES

CRC-DF nº 24.105/O-7

2. Informações Gerais

O Ministério da Saúde, criado no dia 25 de julho de 1953, pela Lei nº 1.920, é o órgão do Poder Executivo Federal responsável pela organização e elaboração de planos e políticas públicas voltadas para a promoção, prevenção e assistência à saúde dos brasileiros mediante a integração e a construção de parcerias com os órgãos federais, as unidades da Federação, os municípios, a iniciativa privada e a sociedade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para o exercício da cidadania, com sua sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco G – Brasília/DF – CEP 70.058-900.

A Portaria nº 1.419, de 8 de junho de 2017 aprovou o Regimento Interno do Ministério da Saúde vigente, devendo observar, no que couber, o que estabelece o Decreto nº 9.795/2019 e suas alterações.

A Coordenação de Contabilidade da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – CCONT/CGOF/SPO/SE/MS exerce o papel de Setorial Contábil de Órgão e Setorial Contábil de Órgão Superior do Ministério da Saúde, em atendimento ao Decreto nº 6.976/2009, que dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal.

A Estrutura Organizacional Básica do Ministério da Saúde:

- > Secretaria Executiva (SE);
- > Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS);
- > Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES);
- > Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE);
- > Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS);
- > Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI);
- > Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES); e
- > Secretaria Extraordinária de Enfrentamento à COVID-19 (SECOVID).

Órgãos Colegiados

O Ministério da Saúde conta com os seguintes órgãos Colegiados: Conselho Nacional de Saúde e o Conselho de Saúde Suplementar. São órgãos permanentes e deliberativos sobre temas relacionados à saúde, que reúnem representantes do governo e dos prestadores de saúde, profissionais de saúde e usuários do SUS.

Órgãos Vinculados

- > Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);
- > Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS);
- > Fundação Nacional de Saúde (FUNASA);
- > Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ);
- > Grupo Hospitalar Conceição (GHC); e
- > Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (HEMOBRÁS).

O organograma do Ministério da Saúde pode ser acessado pelo seguinte link:

<https://www.gov.br/Saude/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/organograma/organograma-do-Ministerio-da-Saude.pdf>

3. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram levantadas a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e consolidam a execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras (UGs) do Ministério da Saúde e suas vinculadas.

No presente relatório, estão evidenciadas as Demonstrações Contábeis com base no exercício financeiro de 2021.

As estruturas e a composição das demonstrações contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras e são compostas por:

- > Balanço Patrimonial (BP);
- > Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- > Balanço Orçamentário (BO);
- > Balanço Financeiro (BF);
- > Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- > Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- > Notas Explicativas (NE).

4. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As rotinas e procedimentos contábeis adotados observam as legislações vigentes, em especial Lei nº 4.320/1964, que estipula normas gerais para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), Decreto nº 93.872/1986 e suas atualizações, que consolida legislação sobre execução orçamentária e financeira e respectivos registros contábeis, Lei nº 10.180/2001, que organiza o Sistema de Contabilidade Federal, as Normas Brasileiras de Contabilidade, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, bem como o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 9ª edição e as Macrofunções do Manual SIAFI, editados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão central do Sistema de Contabilidade Federal.

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Ministério da Saúde, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras – A moeda funcional é o Real (R\$). Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

Caixa e equivalentes de caixa – Incluem conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive dos fundos, das fundações, das autarquias e das empresas estatais dependentes. Ela é subdividida em Conta Única recursos Tesouro Nacional, Conta Única recursos Previdenciários e Conta Única recursos Dívida Pública.

Demais créditos e valores a curto prazo – Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos concedidos e (ii) créditos por dano ao patrimônio. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescidos das atualizações monetárias e juros. Os créditos a receber são atualizados com base na variação da taxa Selic. É constituído também ajuste para perdas, considerando a natureza, o prazo de vencimento e o histórico de sucesso das cobranças administrativas realizadas.

Estoques – Compreendem almoxarifado e outros estoques. São avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) na entrada, pelo custo de aquisição ou produção; e (ii) na saída, pelo custo médio ponderado.

Imobilizado – O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujei-

tos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não geram tais benefícios, são reconhecidos como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação com base no valor patrimonial definido nos termos da doação, ou seja, pelo valor justo na data da aquisição.

Depreciação de bens móveis – A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês forem relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

A vida útil e o valor residual utilizados foram considerados segundo critérios definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, na Macrofunção 02.03.30, conforme tabela abaixo:

CONTA CONTÁBIL	VIDA ÚTIL (ANOS)	VALOR RESIDUAL
Aparelhos de medição e orientação	15	10%
Aparelhos e equipamentos de comunicação	10	20%
Equipamentos/utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	15	20%
Equipamento de proteção, segurança e socorro	10	10%
Máquinas e equipamentos industriais	20	10%
Máquinas e equipamentos energéticos	10	10%
Máquinas e equipamentos gráficos	15	10%
Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10	10%
Máquinas e utensílios agropecuários/rodoviários	10	10%
Equipamentos hidráulicos e elétricos	10	10%
Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	10	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Aparelhos e utensílios domésticos	10	10%

CONTA CONTÁBIL (continuação)	VIDA ÚTIL (ANOS)	VALOR RESIDUAL
Máquinas e utensílios de escritório	10	10%
Mobiliário em geral	10	10%
Coleções e materiais bibliográficos	10	0%
Instrumentos musicais e artísticos	20	10%
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10%
Veículos em geral	15	10%
Veículos de tração mecânica	15	10%
Armamentos	20	15%
Peças não incorporáveis a imóveis	10	10%

Fonte: Manual SIAFI – Macrofunção 02.03.30.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet – As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014. O valor depreciado é de responsabilidade daquela SPU, sendo apurado mensalmente e lançado automaticamente pelo SPIUnet.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I – Atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II – Reavaliados, aqueles nos quais:

- > Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- > Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- > Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Intangível – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinado à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Reavaliação – Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, das autarquias e das fundações públicas federais deverão ser reavaliados, por exemplo, quando nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; e aqueles em que houver alteração de área construída, independentemente do valor investido, e, também, caso seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e as características específicas dos imóveis e os preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

Redução ao valor recuperável de ativos (**Impairment**) – O Órgão Superior Ministério da Saúde segue a metodologia para reavaliação e redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor dos ativos conforme as orientações das NBC TSP 9 e 10 e do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e do Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.35 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável.

Passivos circulantes e não circulantes – As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar; (iii) transferências fiscais; e (iv) demais obrigações.

Resultado Patrimonial – A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta transitória. Após essa compensação, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado Orçamentário – O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado Financeiro – O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.



5. Demonstrações Contábeis

5.1 Balanço Financeiro – Todos os Orçamentos

Exercício 2021 – Período Anual – Valores em milhares de reais – Emissão: 17/01/2022

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020
Receitas Orçamentárias		2.145.727.895,21	2.044.616.038,29
Ordinárias		-	-
Vinculadas		2.212.042.430,26	2.130.115.915,80
Seguridade Social (Exceto Previdência)		1.055.673.058,00	1.052.330.089,26
Previdência Social (RPPS)		-	-
Alienação de Bens e Direitos		1.666.402,41	899.674,05
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		1.153.362.456,72	1.070.378.524,28
Outros Recursos Vinculados		884,01	6.507.628,21
Recursos a Classificar		1.339.629,12	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-66.314.535,05	-85.499.877,51
Transferências Financeiras Recebidas		183.772.232.387,97	170.506.909.281,09
Resultantes da Execução Orçamentária		174.164.842.872,73	162.725.566.548,36
Cota Recebida		174.164.842.872,73	162.725.566.548,36
Independentes da Execução Orçamentária		9.607.389.515,24	7.781.342.732,73
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		9.607.389.515,24	7.734.778.048,84
Demais Transferências Recebidas		-	46.564.683,89
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
Recebimentos Extraorçamentários		22.644.531.763,88	15.198.556.850,39
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		2.351.220.910,38	2.972.937.964,57
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		18.703.236.807,91	10.893.393.146,44
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.002.154.838,27	903.392.795,30
Outros Recebimentos Extraorçamentários		587.919.207,32	428.832.944,08
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-	300,00
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		466,85	-
Arrecadação de Outra Unidade		587.918.740,47	428.766.972,49
Valores para Compensação		-	65.671,59
Saldo do Exercício Anterior		2.132.066.060,15	2.749.846.060,93
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.132.066.060,15	2.749.846.060,93
TOTAL	23	210.694.558.107,21	190.499.928.230,70

DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020
Despesas Orçamentárias		189.802.176.026,54	171.638.533.097,41
Ordinárias		15.727.142.057,47	13.641.595.091,58
Vinculadas		174.075.033.969,07	157.996.938.005,83
Educação		670.294,40	90.175,46
Seguridade Social (Exceto Previdência)		147.886.120.923,85	131.462.557.727,48
Previdência Social (RPPS)		4.930.927.193,22	3.094.697.372,38
Dívida Pública		4.211.542.718,46	21.324.023.956,42
Alienação de Bens e Direitos		-	1.359.240,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		17.045.772.839,14	970.267.987,64
Outros Recursos Vinculados		-	1.143.941.546,45
Transferências Financeiras Concedidas		5.294.087.927,45	5.060.040.746,31
Resultantes da Execução Orçamentária		2.760.219.299,84	2.829.596.728,81
Repasse Concedido		2.752.612.119,84	2.616.495.430,77
Cota Devolvida		7.607.180,00	213.101.298,04
Independentes da Execução Orçamentária		2.533.868.627,61	2.230.444.017,50
Demais Transferências Concedidas		133.614.654,98	-
Movimento de Saldos Patrimoniais		2.400.253.972,63	2.230.444.017,50
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
Pagamentos Extraorçamentários		13.527.695.987,83	11.669.288.326,83
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		3.082.250.306,22	2.489.333.279,97
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		9.373.870.163,73	8.290.299.843,96
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.063.781.039,78	886.536.790,53
Outros Pagamentos Extraorçamentários		7.794.478,10	3.118.412,37
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		766,85	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		1.695,00	14.609,82
Valores Compensados		6.042,62	-
Demais Pagamentos		7.785.973,63	3.103.802,55
Saldo para o Exercício Seguinte		2.070.598.165,39	2.132.066.060,15
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.070.598.165,39	2.132.066.060,15
TOTAL	23	210.694.558.107,21	190.499.928.230,70

5.2 Balanço Orçamentário – Todos os Orçamentos

Exercício 2021 – Período Anual – Valores em milhares de reais – Emissão: 17/01/2022

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	2.496.816.824,00	2.496.816.824,00	2.144.590.347,65	-352.226.476,35
Receitas Tributárias	397.569.183,00	397.569.183,00	425.658.350,34	28.089.167,34
Impostos	-	-	-	-
Taxas	397.569.183,00	397.569.183,00	425.658.350,34	28.089.167,34
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	4.731.278,00	4.731.278,00	4.064.468,83	-666.809,17
Contribuições Sociais	4.731.278,00	4.731.278,00	4.064.468,83	-666.809,17
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	744.759.760,00	744.759.760,00	38.684.371,30	-706.075.388,70
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	1.513.641,00	1.513.641,00	1.317.404,50	-196.236,50
Valores Mobiliários	18.515.937,00	18.515.937,00	28.772.026,08	10.256.089,08
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	719.143.057,00	719.143.057,00	-	-719.143.057,00
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	5.587.125,00	5.587.125,00	7.303.457,58	1.716.332,58
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	1.291.483,14	1.291.483,14
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	241.272,00	241.272,00	209.433,09	-31.838,91
Receitas de Serviços	2.519.813,00	2.519.813,00	1.855.531,16	-664.281,84
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	2.519.813,00	2.519.813,00	1.835.596,09	-684.216,91
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	19.935,07	19.935,07
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	4.262.529,00	4.262.529,00	722.318,56	-3.540.210,44
Outras Receitas Correntes	1.342.732.989,00	1.342.732.989,00	1.673.395.874,37	330.662.885,37
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	380.499.734,00	380.499.734,00	350.838.250,73	-29.661.483,27
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	798.588.715,00	798.588.715,00	1.276.466.416,58	477.877.701,58
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	1.340.513,13	1.340.513,13
Demais Receitas Correntes	163.644.540,00	163.644.540,00	44.750.693,93	-118.893.846,07

5.2 Balanço Orçamentário – Todos os Orçamentos

Exercício 2021 – Período Anual – Valores em milhares de reais – Emissão: 17/01/2022

(continuação)

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS DE CAPITAL	2.257.107.064,00	2.257.107.064,00	1.137.547,56	-2.255.969.516,44
Operações de Crédito	2.256.580.576,00	2.256.580.576,00	-	-2.256.580.576,00
Operações de Crédito Internas	2.256.580.576,00	2.256.580.576,00	-	-2.256.580.576,00
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	526.488,00	526.488,00	1.137.547,56	611.059,56
Alienação de Bens Móveis	526.488,00	526.488,00	722.533,65	196.045,65
Alienação de Bens Imóveis	-	-	415.013,91	415.013,91
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	4.753.923.888,00	4.753.923.888,00	2.145.727.895,21	-2.608.195.992,79
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	4.753.923.888,00	4.753.923.888,00	2.145.727.895,21	-2.608.195.992,79
DEFICIT	-	-	187.656.448.131,33	187.656.448.131,33
TOTAL	4.753.923.888,00	4.753.923.888,00	189.802.176.026,54	185.048.252.138,54
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	55.725.234.296,00	-	-55.725.234.296,00
Superavit Financeiro	-	38.136.311.251,00	-	-
Excesso de Arrecadação	-	15.514.436.262,00	-	-
Créditos Cancelados	-	2.074.486.783,00	-	-

5.2 Balanço Orçamentário – Todos os Orçamentos

Exercício 2021 – Período Anual – Valores em milhares de reais – Emissão: 17/01/2022

(continuação)

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	141.199.823.214,00	194.838.021.237,00	185.331.896.777,39	169.654.816.584,12	167.334.638.685,60	9.506.124.459,61
Pessoal e Encargos Sociais	19.167.960.490,00	18.935.465.082,00	18.622.643.548,45	18.620.839.162,68	17.398.081.149,67	312.821.533,55
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	122.031.862.724,00	175.902.556.155,00	166.709.253.228,94	151.033.977.421,44	149.936.557.535,93	9.193.302.926,06
DESPESAS DE CAPITAL	3.202.928.517,00	5.289.964.790,00	4.470.279.249,15	1.444.122.634,51	1.413.079.622,65	819.685.540,85
Investimentos	3.198.428.517,00	5.285.464.790,00	4.468.271.080,67	1.442.349.944,56	1.411.306.932,70	817.193.709,33
Inversões Financeiras	4.500.000,00	4.500.000,00	2.008.168,48	1.772.689,95	1.772.689,95	2.491.831,52
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	467.209.936,00	467.209.936,00	-	-	-	467.209.936,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	144.869.961.667,00	200.595.195.963,00	189.802.176.026,54	171.098.939.218,63	168.747.718.308,25	10.793.019.936,46
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	144.869.961.667,00	200.595.195.963,00	189.802.176.026,54	171.098.939.218,63	168.747.718.308,25	10.793.019.936,46
TOTAL	144.869.961.667,00	200.595.195.963,00	189.802.176.026,54	171.098.939.218,63	168.747.718.308,25	10.793.019.936,46



5.2 Balanço Orçamentário – Todos os Orçamentos

Exercício 2021 – Período Anual – Valores em milhares de reais – Emissão: 17/01/2022

ANEXO 1 – DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.759.210.165,87	8.610.611.197,28	7.710.075.454,15	7.686.236.812,60	950.553.182,79	1.733.031.367,76
Pessoal e Encargos Sociais	19.321.953,45	308.976.578,16	1.130.013,95	1.130.013,95	305.931.610,62	21.236.907,04
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.739.888.212,42	8.301.634.619,12	7.708.945.440,20	7.685.106.798,65	644.621.572,17	1.711.794.460,72
DESPESAS DE CAPITAL	3.829.990.916,63	2.282.781.949,16	1.694.055.218,34	1.687.633.351,13	386.645.336,75	4.038.494.177,91
Investimentos	3.829.990.916,63	2.282.254.121,42	1.693.941.239,36	1.687.519.372,15	386.231.487,99	4.038.494.177,91
Inversões Financeiras	-	527.827,74	113.978,98	113.978,98	413.848,76	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	5.589.201.082,50	10.893.393.146,44	9.404.130.672,49	9.373.870.163,73	1.337.198.519,54	5.771.525.545,67

ANEXO 2 – DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	257.331.070,61	2.913.917.704,66	2.928.339.329,41	13.121.123,51	229.788.322,35
Pessoal e Encargos Sociais	5.553,01	1.187.647.040,65	1.187.215.931,75	436.661,91	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	257.325.517,60	1.726.270.664,01	1.741.123.397,66	12.684.461,60	229.788.322,35
DESPESAS DE CAPITAL	923.160.226,88	90.277.160,31	153.910.976,81	106.430.492,53	753.095.917,85
Investimentos	923.160.226,88	90.277.160,31	153.910.976,81	106.430.492,53	753.095.917,85
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	1.180.491.297,49	3.004.194.864,97	3.082.250.306,22	119.551.616,04	982.884.240,20

5.3 Balanço Patrimonial – Todos os Orçamentos

Exercício 2021 – Período Anual – Valores em milhares de reais – Emissão: 17/01/2022

ATIVO				
ESPECIFICAÇÃO		2021	2020	
ATIVO CIRCULANTE	NE	39.414.727.964,96	25.894.859.935,79	
Caixa e Equivalentes de Caixa	2	2.070.598.165,39	2.132.066.060,15	
Créditos a Curto Prazo	3	15.347.781.408,71	11.864.594.231,49	
Créditos Tributários a Receber		670.114,61	656.576,95	
Clientes		28.304.826,89	35.221.874,72	
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		50.481,46	-	
Demais Créditos e Valores		15.358.294.432,08	11.868.350.640,56	
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo		-39.538.446,33	-39.634.860,74	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-	
Estoque	4	21.994.282.654,26	11.896.632.629,52	
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda		-	-	
VPDs Pagas Antecipadamente		2.065.736,60	1.567.014,63	
ATIVO NÃO CIRCULANTE		10.053.693.172,71	10.490.914.167,39	
Ativo Realizável a Longo Prazo		673.001.759,25	1.626.469.440,19	
Créditos a Longo Prazo		673.001.759,25	1.626.469.440,19	
Créditos Tributários a Receber		-	4.165,44	
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		18.016.779,20	12.797.356,17	
Dívida Ativa Tributária		191.874.234,00	192.190.976,35	
Dívida Ativa Não Tributária		4.414.479.623,12	4.284.557.146,43	
Demais Créditos e Valores		2.120.677.462,23	1.603.863.568,98	
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo		-6.072.046.339,30	-4.466.943.773,18	
Estoques		-	-	
Investimentos		4.754.432,97	5.564.719,49	
Participações Permanentes		4.754.432,97	5.564.719,49	
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial		4.754.432,97	5.564.719,49	
Propriedades para Investimento		-	-	
Propriedades para Investimento		-	-	
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos		-	-	
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos		-	-	
Investimentos do RPPS de Longo Prazo		-	-	
Investimentos do RPPS de Longo Prazo		-	-	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS		-	-	
Demais Investimentos Permanentes		-	-	
Demais Investimentos Permanentes		-	-	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.		-	-	
Imobilizado		9.124.802.637,34	8.626.816.402,01	
Bens Móveis		3.391.950.778,18	3.056.807.661,98	
Bens Móveis	5	4.664.717.854,53	4.189.497.331,55	
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-1.272.767.076,35	-1.132.689.669,57	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-	
Bens Imóveis	5	5.732.851.859,16	5.570.008.740,03	
Bens Imóveis		5.940.222.216,65	5.765.775.908,30	
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-207.370.357,49	-195.767.168,27	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-	
Intangível	6	251.134.343,15	232.063.605,70	
Softwares		206.522.255,05	189.976.958,34	
Softwares		379.521.589,08	356.541.440,82	
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-172.999.334,03	-166.564.482,48	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-	
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		43.720.109,70	41.194.668,96	
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		43.726.621,70	42.243.960,01	
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind		-6.512,00	-1.049.291,05	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.		-	-	
Direitos de Uso de Imóveis		891.978,40	891.978,40	
Direitos de Uso de Imóveis		891.978,40	891.978,40	
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis		-	-	
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis		-	-	
Diferido		-	-	
TOTAL DO ATIVO		49.468.421.137,67	36.385.774.103,18	

PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO		2021	2020	
PASSIVO CIRCULANTE	NE	17.968.204.092,94	16.102.218.728,08	
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	7	1.943.451.357,05	1.422.195.178,50	
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-	
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	8	946.967.058,27	536.114.488,94	
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		88,78	-	
Obrigações de Reparação a Outros Entes	9	2.755.100.876,45	1.073.036.337,74	
Provisões a Curto Prazo	10	425.883.302,83	425.581.887,53	
Demais Obrigações a Curto Prazo		11.896.801.409,56	12.645.290.835,37	
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		479.038.645,74	436.159.524,97	
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo		10.289.417,23	13.081.554,71	
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-	
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		77.933,53	-	
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-	
Provisões a Longo Prazo	11	454.451.763,08	418.089.541,05	
Demais Obrigações a Longo Prazo		14.219.531,90	4.988.429,21	
Resultado Diferido		-	-	
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		18.447.242.738,68	16.538.378.253,05	

PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
ESPECIFICAÇÃO	12	2021	2020	
Patrimônio Social e Capital Social		180.949.740,04	119.806.820,23	
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	13	42.047.418,80	61.142.919,81	
Reservas de Capital		-	-	
Ajustes de Avaliação Patrimonial		43.110.098,85	44.041.684,83	
Reservas de Lucros		-	-	
Demais Reservas		30.244.847,86	30.321.797,44	
Resultados Acumulados		30.724.826.293,44	19.592.082.627,82	
Resultado do Exercício		12.493.978.695,29	2.401.891.477,76	
Resultados de Exercícios Anteriores		19.593.091.163,38	17.723.206.652,23	
Ajustes de Exercícios Anteriores	14	-1.362.243.565,23	-533.015.502,17	
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-	
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31.021.178.398,99	19.847.395.850,13	

TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
		49.468.421.137,67	36.385.774.103,18	

5.3 Balanço Patrimonial – Todos os Orçamentos

Exercício 2021 – Período Anual – Valores em milhares de reais – Emissão: 17/01/2022

Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	2.072.488.812,72	2.134.742.350,14
ATIVO PERMANENTE	47.395.932.324,95	34.251.031.753,04

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
PASSIVO FINANCEIRO	27.860.288.706,05	20.779.982.276,45
PASSIVO PERMANENTE	14.779.929.194,30	11.933.238.819,61
SALDO PATRIMONIAL	6.828.203.237,32	3.672.553.007,12

Quadro de Compensações

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	6.425.778.471,95	5.544.772.723,25
Atos Potenciais Ativos	6.425.778.471,95	5.544.772.723,25
Garantias e Contragarantias Recebidas	2.932.366.072,02	2.622.712.464,57
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	3.493.330.052,72	2.921.977.911,47
Direitos Contratuais	82.347,21	82.347,21
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-
TOTAL	6.425.778.471,95	5.544.772.723,25

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	71.520.190.206,55	63.298.383.189,45
Atos Potenciais Passivos	71.520.190.206,55	63.298.383.189,45
Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	22.194.726.797,94	15.653.653.728,76
Obrigações Contratuais	49.325.463.408,61	47.644.729.460,69
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	71.520.190.206,55	63.298.383.189,45

Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-4.285.379.578,78
Recursos Vinculados	-21.502.420.314,55
Educação	-560.507,41
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-15.913.864.894,71
Previdência Social (RPPS)	24.514,19
Dívida Pública	-3.682.721.390,83
Alienação de Bens e Direitos	3.135.931,94
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-1.908.433.967,73
TOTAL	-25.787.799.893,33

5.4 Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Todos os Orçamentos

Exercício 2021 – Período Anual – Valores em milhares de reais – Emissão: 17/01/2022

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	927.308.468,73	895.715.172,57
INGRESSOS	182.212.808.853,76	168.822.814.959,80
Receita Tributária	425.658.350,34	416.680.814,87
Receita de Contribuições	4.064.468,83	4.854.902,06
Receita Patrimonial	9.912.345,22	7.046.390,29
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	209.433,09	352.661,48
Receita de Serviços	1.855.531,16	5.196.841,47
Remuneração das Disponibilidades	28.772.026,08	28.796.723,55
Outras Receitas Derivadas e Originárias	1.673.395.874,37	1.579.387.701,62
Transferências Recebidas	722.318,56	1.404.950,30
Intergovernamentais	722.318,56	1.335.365,57
Dos Estados e/ou Distrito Federal	722.318,56	1.335.365,57
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	64.414,93
Outras Transferências Recebidas	-	5.169,80
Outros Ingressos Operacionais	180.068.218.506,11	166.779.093.974,16
Ingressos Extraorçamentários	1.002.154.838,27	903.392.795,30
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	466,85	-
Transferências Financeiras Recebidas	178.478.144.460,52	165.446.868.534,78
Arrecadação de Outra Unidade	587.918.740,47	428.766.972,49
Valores para Compensação	-	65.671,59
DESEMBOLSOS	-181.285.500.385,03	-167.927.099.787,23
Pessoal e Demais Despesas	-71.319.571.216,77	-47.569.469.066,28
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-242.477,43	-352.257,08
Administração	-3.499.761,09	-66.513.718,09
Defesa Nacional	-357.130,00	-317.000,00
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-10.454.100.803,53	-10.451.987.750,18

5.4 Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Todos os Orçamentos

Exercício 2021 – Período Anual – Valores em milhares de reais – Emissão: 17/01/2022

(continuação)

	2021	2020
Saúde	-60.832.666.956,31	-37.019.937.636,95
Trabalho	-	-
Educação	-7.067.271,39	-6.701.384,61
Cultura	-2.200,00	-
Direitos da Cidadania	-1.318.429,74	-90.598,49
Urbanismo	-682.494,80	-605.494,80
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-17.296,79
Ciência e Tecnologia	-636.363,78	-701.413,68
Agricultura	-2.005.500,00	-334.250,00
Organização Agrária	-	-184.408,04
Indústria	-	-28.612,03
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-41.603,49	-
Energia	-	-
Transporte	-100,15	-4.296,68
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-16.949.358,21	-21.693.248,86
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-766,85	300,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-108.894.354.417,23	-119.467.975.518,05
Intergovernamentais	-103.152.196.635,47	-113.524.845.240,49
A Estados e/ou Distrito Federal	-26.701.394.359,84	-29.119.519.146,89
A Municípios	-76.450.802.275,63	-84.405.326.093,60
Intragovernamentais	-1.840.683.918,13	-1.733.630.647,51
Outras Transferências Concedidas	-3.901.473.863,63	-4.209.499.630,05

5.4 Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Todos os Orçamentos

Exercício 2021 – Período Anual – Valores em milhares de reais – Emissão: 17/01/2022

(continuação)

	2021	2020
Outros Desembolsos Operacionais	-1.071.574.751,03	-889.655.202,90
Dispêndios Extraorçamentários	-1.063.781.039,78	-886.536.790,53
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-1.695,00	-14.609,82
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Valores Compensados	-6.042,62	-
Demais Pagamentos	-7.785.973,63	-3.103.802,55
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-988.776.363,49	-1.513.495.173,35
INGRESSOS	1.137.547,56	895.052,65
Alienação de Bens	1.137.547,56	895.052,65
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-989.913.911,05	-1.514.390.226,00
Aquisição de Ativo Não Circulante	-952.790.248,96	-1.454.274.353,82
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-1.886.668,93	-2.540.212,66
Outros Desembolsos de Investimentos	-35.236.993,16	-57.575.659,52
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-61.467.894,76	-617.780.000,78
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	2.132.066.060,15	2.749.846.060,93
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	2.070.598.165,39	2.132.066.060,15

5.5 Demonstrações das Variações Patrimoniais – Todos os Orçamentos

Exercício 2021 – Período Anual – Valores em milhares de reais – Emissão: 17/01/2022

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	16	193.909.017.036,21	175.302.736.124,28
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		569.090.609,49	575.462.830,38
Impostos		414.969,80	305.039,88
Taxas		568.675.639,69	575.157.790,50
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		21.852.376,02	17.430.733,46
Venda de Mercadorias		192.862,81	103.329,47
Vendas de Produtos		209.433,09	397.247,76
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		21.450.080,12	16.930.156,23
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		66.139.113,13	38.652.431,15
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		5.243.583,63	-
Juros e Encargos de Mora		23.894.146,83	2.306.006,28
Variações Monetárias e Cambiais		7.921.022,52	7.673.638,09
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		29.080.360,15	28.672.786,78
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		184.437.252.912,77	165.925.598.208,77
Transferências Intragovernamentais		178.428.937.869,27	165.383.489.996,14
Transferências Intergovernamentais		10.301.753,41	1.399.780,50
Transferências das Instituições Privadas		78.250.532,26	38.780.112,05
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	560,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas		5.919.762.757,83	501.927.760,08

5.5 Demonstrações das Variações Patrimoniais – Todos os Orçamentos

Exercício 2021 – Período Anual – Valores em milhares de reais – Emissão: 17/01/2022

(continuação)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	2021	2020
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		5.967.440.327,30	6.154.880.669,65
Reavaliação de Ativos		90.244.857,71	312.182.507,06
Ganhos com Alienação		300.296,82	365.847,26
Ganhos com Incorporação de Ativos		5.311.895.092,99	5.726.965.708,94
Ganhos com Desincorporação de Passivos		565.000.079,78	115.366.606,39
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		2.847.241.697,50	2.590.711.250,87
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		93.552.281,77	74.774.893,99
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		2.753.689.415,73	2.515.936.356,88
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	17	181.415.038.340,92	172.900.844.646,52
Pessoal e Encargos		9.059.349.975,88	8.960.579.824,54
Remuneração a Pessoal		7.335.883.024,91	7.190.847.104,16
Encargos Patronais		1.312.404.662,19	1.337.050.191,88
Benefícios a Pessoal		403.485.949,03	427.236.965,81
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		7.576.339,75	5.445.562,69
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		10.560.491.771,29	10.741.815.955,30
Aposentadorias e Reformas		7.550.400.998,68	7.732.950.172,31
Pensões		2.761.941.746,73	2.743.965.053,78
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		248.149.025,88	264.900.729,21
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		42.180.592.183,05	25.233.366.802,21
Uso de Material de Consumo		33.800.814.916,73	17.396.951.883,91
Serviços		8.194.747.692,10	7.655.432.589,83
Depreciação, Amortização e Exaustão		185.029.574,22	180.982.328,47

5.5 Demonstrações das Variações Patrimoniais – Todos os Orçamentos

Exercício 2021 – Período Anual – Valores em milhares de reais – Emissão: 17/01/2022

(continuação)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	2021	2020
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		10.192.849,85	1.777.860,96
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		334.798,31	123.641,98
Variações Monetárias e Cambiais		5.946.138,54	659.299,57
Descontos Financeiros Concedidos		3.911.913,00	994.919,41
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		105.709.220.202,87	118.817.423.725,95
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		105.333.030.665,55	116.990.681.660,11
Transferências a Instituições Privadas		14.535.779,50	64.505.924,90
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		23.524.394,95	858.104.525,69
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		338.129.362,87	904.131.615,25
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		2.638.191.813,10	572.311.081,16
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		1.889.697.771,12	439.421.721,84
Perdas com Alienação		4.407.625,65	3.635.839,20
Perdas Involuntárias		37.346.593,52	22.260.859,81
Incorporação de Passivos		2.429.177,87	258.531,44
Desincorporação de Ativos		704.310.644,94	106.734.128,87
Tributárias		640.341.951,16	506.346.725,63
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		1.305.846,09	549.987,75
Contribuições		639.036.105,07	505.796.737,88
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		4.238.909.662,01	1.930.983.572,68
Custo das Mercadorias Vendidas		184.071.208,16	218.023.663,62
Custos dos Produtos Vendidos		4.054.838.453,85	1.712.959.909,06
Custo dos Serviços Prestados		-	-

5.5 Demonstrações das Variações Patrimoniais – Todos os Orçamentos

Exercício 2021 – Período Anual – Valores em milhares de reais – Emissão: 17/01/2022

(continuação)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	2021	2020
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		6.377.747.931,71	6.136.239.098,09
Premiações		-	1.920,00
Resultado Negativo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Incentivos		3.730.469.727,40	3.629.827.037,58
Subvenções Econômicas		2.466.232.693,09	2.373.326.867,70
Participações e Contribuições		-	-
Constituição de Provisões		113.181.631,25	28.432.387,97
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		67.863.879,97	104.650.884,84
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		12.493.978.695,29	2.401.891.477,76



5.6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Todos os Orçamentos

Exercício 2021 – Período Anual – Valores em milhares de reais – Emissão: 17/01/2022

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2020	81.089.734,64	38.717.085,59	1.548.281,45	-	30.706.274,91	17.721.890.588,82	44.973.270,77	-	17.918.925.236,18
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	3.162.405,42	-	-	-	-295.152.842,19	-	-	-291.990.436,77
Aumento/Redução de Capital	38.717.085,59	19.263.428,80	-	-	-	931.585,94	-	-	58.912.100,33
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-384.477,47	-239.010.028,46	-	-	-239.394.505,93
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	2.401.891.477,76	-	-	2.401.891.477,76
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-1.548.281,45	-	-	1.531.845,95	-931.585,94	-	-948.021,44
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2020	119.806.820,23	61.142.919,81	-	-	30.321.797,44	19.592.082.627,82	44.041.684,83	-	19.847.395.850,13

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2021	119.806.820,23	61.142.919,81	-	-	30.321.797,44	19.592.082.627,82	44.041.684,83	-	19.847.395.850,13
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	931.350,39	-	-	-	-1.328.340.020,14	-	-	-1.327.408.669,75
Aumento/Redução de Capital	61.142.919,81	-20.026.851,40	-	-	-	931.585,98	-	-	42.047.654,39
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-76.949,58	-33.762.609,06	-	-	-33.839.558,64
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	12.493.978.695,29	-	-	12.493.978.695,29
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-63.986,45	-931.585,98	-	-995.572,43
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2021	180.949.740,04	42.047.418,80	-	-	30.244.847,86	30.724.826.293,44	43.110.098,85	-	31.021.178.398,99

6. Notas Explicativas

A análise dos dados de cada demonstrativo para elaboração das Notas Explicativas foi feita com base na ferramenta “Revisão Analítica”, disponibilizada pelo Tesouro Nacional, considerando os valores e/ou percentuais mais relevantes e a materialidade do item e conta contábil consolidados dos órgãos vinculados ao Ministério da Saúde, por meio da análise horizontal e vertical.

Nota 01 – BALANÇO PATRIMONIAL – COMPOSIÇÃO

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Balanço Patrimonial ao final do exercício financeiro de 2021:

Balanço Patrimonial – Composição

R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Ativo Circulante	39.414.727.964,96	25.894.859.935,79	52,21%	79,68%
Ativo Não Circulante	10.053.693.172,71	10.490.914.167,39	-4,17%	20,32%
Total do Ativo	49.468.421.137,67	36.385.774.103,18	35,96%	100,00%
Passivo Circulante	17.968.204.092,94	16.102.218.728,08	11,59%	36,32%
Passivo Não Circulante	479.038.645,74	436.159.524,97	9,83%	0,97%
Patrimônio Líquido	31.021.178.398,99	19.847.395.850,13	56,30%	62,71%
Total do Passivo + Patrimônio Líquido	49.468.421.137,67	36.385.774.103,18	35,96%	100,00%

Fonte: SIAFI

Em 31/12/2021, verificou-se que esta Pasta obteve um acréscimo nas aplicações e nas origens patrimoniais no percentual de 35,96% em relação ao período anterior. Tal acréscimo foi, principalmente, em virtude da elevação dos Grupos de contas: Ativo Circulante, com aumento de 52,21%, e no Grupo do Patrimônio Líquido, com ampliação de 56,30%.

No tocante ao Ativo Circulante, justifica-se o aumento pela aquisição de medicamentos e vacinas contra COVID-19 que foram adquiridas e estão em processo de distribuição, encontrando detalhamento mais apurado na Nota 4. Por seu turno, o acréscimo do Patrimônio Líquido sobreveio do Resultado do Exercício em 2021, conforme explicado na Nota 12.

Nota 02 – ATIVO CIRCULANTE – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O valor disponível a que os órgãos têm direito a sacar da Conta Única do Tesouro Nacional, mantida no Banco Central do Brasil – BACEN, para atender despesas é registrado na conta “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento”, que contém o montante/limite à disposição do Ministério da Saúde.

O saldo da conta Caixa do período atual é apresentado no Balanço Patrimonial, bem como no Balanço Financeiro (na coluna dos Dispendios, no item “Saldo para o Exercício Seguinte”), e na Demonstração dos Fluxos de Caixa, no item “Caixa e Equivalente de Caixa Final”. A variação entre o saldo apresentado no encerramento do exercício de 2020 e ao final de 2021 foi negativa em R\$ 61 milhões, com decréscimo de 2,88%.

Caixa e Equivalentes de Caixa – Moeda Nacional

R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2021	31/12/2020	AH%	Diferença
Conta Única – Recursos da conta única aplicados	258.869.992,91	128.909.296,38	100,82%	129.960.696,53
Demais Contas – Caixa Econômica Federal	1.847.742,09	2.064.744,04	-10,51%	(217.001,95)
Limite de saque com vinculação de pagamento – OFSS	229.394.812,66	149.229.157,36	53,72%	80.165.655,30
Limite de saque com vinculação Pagamento – ordem pagamento – OFSS	1.580.485.617,73	1.851.862.862,37	-14,65%	(271.377.244,64)
Total	2.070.598.165,39	2.132.066.060,15	-2,88%	61.467.894,76

Fonte: SIAFI

Pertinente destacar que o valor no grupo Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, no valor de R\$ 1,580 bilhões, representa praticamente em sua totalidade o pagamento da folha de pessoal que somente sai dos cofres públicos no dia útil subsequente.

Nota 03 – ATIVO CIRCULANTE – CRÉDITOS A CURTO PRAZO

Esse grupo de contas refere-se aos créditos realizáveis em até 12 meses da data das demonstrações contábeis, entre eles pode-se destacar:

- > Os adiantamentos concedidos a pessoal e a terceiros (fornecedores);
- > Oriundos a danos ao patrimônio apurados em sindicância, prestações de contas e outros;
- > Valores correspondentes a falta de documentação comprobatória de execução da despesa, assim como inadimplência na comprovação de instrumentos de Termo de Execução Descentralizada – TED, Convênios, Contratos de Repasse e Acordo de Cooperação; e
- > Tributos a recuperar e/ou a compensar.

Créditos a Curto Prazo

R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Cientes	28.304.826,89	35.221.874,72	-19,64%	0,18%
Créditos Tributários a Receber	670.114,61	656.576,95	2,06%	0,00%
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	50.481,46	0,00	-	0,00%
Adiantamentos Concedidos	1.360.135.663,95	357.032.031,49	280,96%	8,84%
Créditos por Danos ao Patrimônio	3.995.951,69	1.072.898,28	272,44%	0,03%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.168.898,34	2.741.199,08	15,60%	0,02%
Outros Créditos a Rec. e Valores a Curto Prazo	13.990.792.288,28	11.506.521.279,48	21,59%	90,92%
Tributos a Recuperar/Compensar	201.629,82	983.232,23	-79,49%	0,00%
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	(39.291.867,17)	(39.634.860,74)	-0,87%	-0,26%
Total Líquido (deduzida o Ajuste para Perda)	15.348.027.987,87	11.864.594.231,49	29,36%	99,74%
Total Bruto	15.387.319.855,04	11.904.229.092,23	29,26%	100,00%

Fonte: SIAFI

O aumento de 29,36% dos créditos de curto prazo justifica-se principalmente pelas rubricas “Adiantamentos Concedidos” e “Créditos por Danos ao Patrimônio” que cresceram, respectivamente, 280,96% e 272,44%. No primeiro caso o aumento justificou-se pelos adiantamentos referentes ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Saúde e a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), com o objetivo de adquirir medicamentos por meio do fundo estratégico. No tocante a segunda ocorrência, estão os valores provenientes de direitos apurados por sindicância, prestação de contas e tomadas de contas, sendo o acréscimo em função de uma reclassificação por conta do envio para cobrança administrativa de um crédito pela Anvisa.

Cabe salientar que a maior parte dos créditos de curto prazo do Ministério da Saúde é referente a contabilização de Adiantamento de TED, 90,92% do total do grupo. Esse fato ocorre devido a rotina de registros de TED – Termo de Execução Descentralizada, pela STN, que passou a apropriar contas patrimoniais com contabilização de um direito no ativo na UG descentralizadora e de obrigação no passivo na UG recebedora do termo. Assim, enquanto houver recursos pendentes de comprovação, as unidades descentralizadoras desta Pasta permanecerão com o direito em seu ativo. Tem como destaque à Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde, pelo Ministério da Saúde, com um incremento de 22,47%.

Outros Créditos a Receber por Órgão

R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Ministério da Saúde	13.605.547.298,29	11.109.741.764,70	22,47%	97,25%
Fundação Oswaldo Cruz	18.733.585,34	20.925.932,47	-10,48%	0,13%
Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A	14.460.614,06	14.876.500,05	-2,80%	0,10%
Fundação Nacional de Saúde	117.698.735,46	111.977.814,08	5,11%	0,84%
Agência Nacional de Vigilância Sanitária	52.163.757,64	66.061.329,67	-21,04%	0,37%
Agência Nacional de Saúde Suplementar	182.188.297,49	182.937.938,51	-0,41%	1,30%
Total	13.990.792.288,28	11.506.521.279,48	21,59%	100,00%

Fonte: SIAFI

Nota 04 – ATIVO CIRCULANTE – ESTOQUES

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Estoques - Composição

R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Almoxarifado	1.129.793.063,06	981.902.188,82	15,06%	5,08%
Materiais em Trânsito	90.979,14	74.507,41	22,11%	0,00%
Materias-Primas	121.316.196,49	112.564.952,85	7,77%	0,55%
Mercadorias para Revenda	121.039.880,45	123.338.826,12	-1,86%	0,54%
Outros Estoques	20.006.687.667,48	10.233.497.329,30	95,50%	90,02%
Produtos e Servicos Acabados	274.953.089,45	93.930.387,56	192,72%	1,24%
Produtos e Servicos em Elaboracao	571.358.194,45	351.324.437,46	62,63%	2,57%
(-) Ajustes de Perdas de Estoques	(230.956.416,26)	0,00	-	-1,04%
Total Líquido (deduzido o Ajuste de Perdas)	21.994.282.654,26	11.896.632.629,52	88,76%	98,96%
Total Bruto	22.225.239.070,52	11.896.632.629,52	86,82%	100,00%

Fonte: SIAFI

A variação percentual positiva de 88,76% no total dos Estoques justifica-se pelo aumento do grupo “Outros Estoques” composto pelas contas “Medicamentos para Distribuição” que contabiliza os medicamentos e produtos farmacêuticos destinados para distribuição e “Importações em Andamento – Estoques” que tem por finalidade a importação e insumos estratégicos para fabricação da vacina de COVID-19, entre outras medicações.

Estoques por Órgão

R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Ministério da Saúde	20.172.967.297,00	10.708.741.064,83	88,38%	91,72%
Fundação Oswaldo Cruz	1.789.848.710,19	1.155.854.297,03	54,85%	8,14%
Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A	23.159.050,06	23.335.122,70	-0,75%	0,11%
Fundação Nacional de Saúde	6.999.332,54	7.124.812,74	-1,76%	0,03%
Agência Nacional de Vigilância Sanitária	962.875,42	1.224.111,42	-21,34%	0,00%
Agência Nacional de Saúde Suplementar	345.389,05	353.220,80	-2,22%	0,00%
Total	21.994.282.654,26	11.896.632.629,52	84,88%	100,00%

Fonte: SIAFI

Nota 05 – ATIVO NÃO CIRCULANTE – IMOBILIZADO

Na administração pública federal, especificamente, no Ministério da Saúde e suas vinculadas os bens são classificados em bens móveis e imóveis. Já os bens imóveis são classificados em bens de uso especial e bens dominiais ou dominicais.

- Bens de uso especial** são aqueles destinados ao serviço ou estabelecimento da Administração Pública, inclusive os de suas autarquias e fundações públicas. Exemplos: terrenos, glebas, imóveis residenciais, quartéis, fortes, hospitais, escolas, museus, dentre outros.
- Bens dominicais ou dominiais** são aqueles que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público como objeto de direito pessoal ou real. Não dispendo a lei em contrário, compreende também os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado, como apartamentos, armazéns, casas, glebas, terrenos, lojas, bens destinados à reforma agrária, dentre outros.

Os bens imóveis tanto de uso especial quanto dominiais são avaliados pelo valor de aquisição, produção ou construção. Por outro lado, os bens adquiridos por meio de uma transação sem contraprestação (ex: doação), como é o caso de terrenos recebidos por um particular sem pagamento ou com pagamento simbólico, para possibilitar ao governo local, por exemplo, desenvolver estacionamentos, estradas etc., deve mensurar seu custo pelo seu valor justo na data da aquisição.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não geram tais benefícios, são reconhecidos como variações patrimoniais diminutivas do período.

Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão Superior 36000, em 31/12/2021, totalizavam R\$ 3,392 bilhões, após deduzida a depreciação, e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir:

Bens Móveis

R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	2.558.030.739,94	2.288.789.078,16	11,76%	54,84%
Bens de Informática	751.017.812,23	715.977.561,07	4,89%	16,10%
Móveis e Utensílios	346.048.614,11	330.621.516,80	4,67%	7,42%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	50.887.444,01	50.062.316,38	1,65%	1,09%
Veículos	244.891.317,85	243.846.836,91	0,43%	5,25%
Peças e Conjuntos de Reposição	23.316,00	23.316,00	0,00%	0,00%
Bens Móveis em Andamento	688.010.950,99	523.494.419,76	31,43%	14,75%
Bens Móveis em Almoxarifado	7.062.243,57	11.719.123,98	-39,74%	0,15%
Armamentos	126.292,55	126.292,55	0,00%	0,00%
Demais Bens Móveis	18.619.123,28	24.836.869,94	-25,03%	0,40%
Depreciação/Amortização Acumulada	(1.272.767.076,35)	(1.132.689.669,57)	12,37%	-27,28%
Total Líquido (deduzida Depreciação)	3.391.950.778,18	3.056.807.661,98	10,96%	72,72%
Total Bruto	4.664.717.854,53	4.189.497.331,55	11,34%	100,00%

Fonte: SIAFI

Analisando a composição dos Bens Móveis, o item de maior representatividade é o elemento “Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas”, que corresponde a 54,84% do total bruto, seguido pelo item “Bens de Informática”, com 16,10%, e “Bens Móveis em Andamento”, com 14,75%.

A variação positiva total de 10,96% em relação ao período anterior após deduzida a depreciação apresentada, ocorreu, principalmente, nos itens “Bens Móveis em Andamento” e “Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas”, respectivamente. Em contrapartida, ocorreu uma diminuição considerável de 39,74% no item “Bens Móveis em Almoxarifado” devido a utilização e consumo de bens em estoque.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do Ministério da Saúde, totalizaram R\$ 5,733 bilhões, depois de deduzida a depreciação. Estes estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela, a seguir:



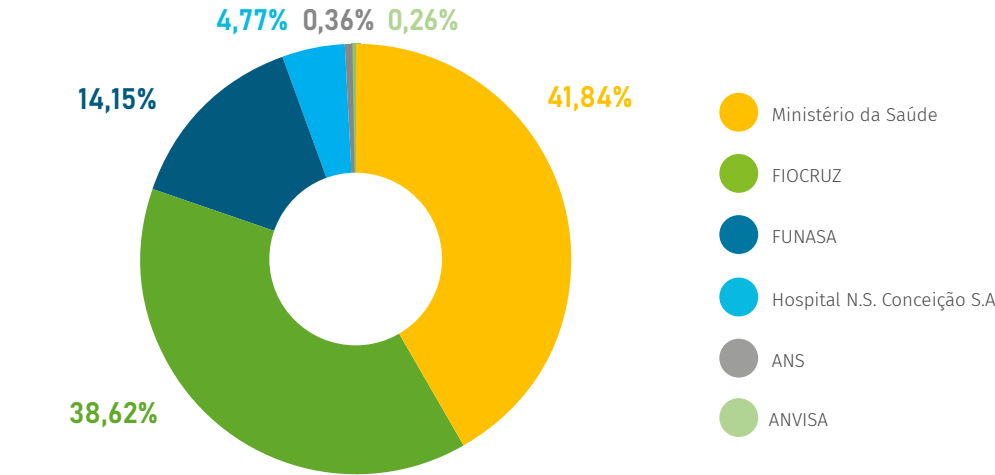
Bens Imóveis

R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Bens de Uso Especial	3.709.257.319,25	3.654.219.697,11	1,51%	62,44%
Bens Dominicais	100.000,00	100.000,00	0,00%	0,00%
Bens Imóveis em Andamento	1.738.911.083,66	1.699.241.324,69	2,33%	29,27%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	155.383.583,55	99.169.031,12	56,69%	2,62%
Instalações	333.349.706,02	298.825.331,21	11,55%	5,61%
Demais Bens Imóveis	3.220.524,17	14.220.524,17	-77,35%	0,05%
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(207.370.357,49)	(195.767.168,27)	5,93%	-3,49%
Total Líquido (deduzida Depreciação)	5.732.851.859,16	5.570.008.740,03	2,92%	96,51%
Total Bruto	5.940.222.216,65	5.765.775.908,30	3,03%	100,00%

Fonte: SIAFI

O modesto acréscimo de 2,92% em relação ao exercício anterior foi em decorrência de dois fatores: aumento de 56,69% na conta “Benfeitorias em Propriedade de Terceiros” e, em compensação, pela baixa de 77,35% do item “Demais Bens do Imóveis” em virtude da classificação do referido bem no Sistema do SPIUnet do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia – INTO.



Fonte: SIAFI

Pode-se perceber, conforme gráfico acima, que o Ministério da Saúde apresentou maior representação no montante dos bens imóveis com 41,84%, seguido pela FIOCRUZ com 38,62%. Esse fato se justifica pela ampla estrutura e capilaridade do Ministério da Saúde em todo território nacional. Por seu turno, a Fiocruz se destaca pela infraestrutura de pesquisas e produção de medicamentos.

Bens Imóveis de Uso Especial

R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Fazendas, Parques e Reservas	825.056,00	825.056,00	0,00%	0,02%
Terrenos, Glebas	502.092.785,53	518.045.186,44	-3,08%	13,54%
Imóveis de Uso Educacional	5.649.578,57	56.565.138,57	-90,01%	0,15%
Edifícios	1.649.672.834,28	1.591.030.800,73	3,69%	44,47%
Complexos, Fábricas e Usinas	140.591.217,46	140.100.416,26	0,35%	3,79%
Imóveis Residenciais e Comerciais	80.139.607,93	64.285.003,50	24,66%	2,16%
Aeroportos, Estações e Aeródromos	2.620.949,20	2.620.949,20	0,00%	0,07%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	1.327.665.290,28	1.280.747.146,41	3,66%	35,79%
Total	3.709.257.319,25	3.654.219.697,11	1,51%	100,00%

Fonte: SIAFI

Por fim, destaca-se os Bens de Uso Especial, que constituem os prédios dos hospitais federais e institutos nacionais, bem como reservas para pesquisas e para funcionamento das unidades quando cadastradas no SPIUnet. Destaca-se a diminuição de 90,01% dos “Imóveis de Uso Educacional” devido a regularização de imóvel da FIOCRUZ para cadastramento no SPIUnet.

Nota 06 – ATIVO NÃO CIRCULANTE – INTANGÍVEL

Corresponde os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Os Ativos Intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva no período em que forem incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de conhecimento relacionados à conclusão e uso de ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

Além disso, os Ativos Intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, porém são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua justificável. Caso contrário, a mudança de vida útil indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

No âmbito do MS, a maior parte dos intangíveis está relacionada a Software, tanto de vida útil definida (sujeitos à amortização), quanto de vida útil indefinida (não estão sujeitos à amortização).

Vide tabela abaixo:

Intangível - Composição

R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Software com Vida Útil Definida	236.362.457,35	231.037.181,25	2,30%	55,73%
Software com Vida Útil Indefinida	143.159.131,73	125.504.259,57	14,07%	33,75%
Marcas, Direitos, Patentes – Vida Útil Definida	36.875.642,89	37.071.001,15	-0,53%	8,69%
Marcas, Direitos, Patentes – Vida Útil Indefinida	6.850.978,81	5.172.958,86	32,44%	1,62%
Direito de Uso de Imóvel – Prazo Determinado	891.978,40	891.978,40	0,00%	0,21%
Amortização Acumulada	(173.005.846,03)	(167.613.773,53)	3,22%	-40,79%
Total Líquido (deduzida Amortização)	251.134.343,15	232.063.605,70	8,22%	59,21%
Total Bruto	424.140.189,18	399.677.379,23	6,12%	100,00%

Fonte: SIAFI

O total de Ativos Intangíveis no Ministério da Saúde representa R\$ 251 milhões, já deduzida a amortização acumulada, tendo apresentado um acréscimo de 8,22% em relação a 2020. Sendo o maior aumento no item de “Marcas, Direitos, Patentes – Vida Útil Indefinida” no percentual de 32,44%.

Nota 07 – PASSIVO CIRCULANTE – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS DE CURTO PRAZO

Compreende as obrigações referentes aos salários ou remunerações, além de benefícios aos quais os empregados ou servidores tenham direito: aposentadorias, reformas, pensões, encargos, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações com vencimento no curto prazo. Também compreendem os respectivos encargos previdenciários.

Findado o exercício financeiro de 2021, as obrigações trabalhistas apresentaram saldo de R\$ 1,943 bilhões, sendo a maior parte decorrente de lançamento de apropriação de Salários e Remunerações a pagar, correspondendo a 99,63% do total do grupo. Salienta-se que a contabilização ocorreu em total atendimento à legislação em vigor, especialmente à Macrofunção 021142 – FOLHA DE PAGAMENTO, do Manual SIAFI.

Obrigações Trabalhistas no curto prazo

R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Benefícios Assistenciais a Pagar	163.010,03	178.422,60	-8,64%	0,01%
Benefícios Previdenciários a Pagar	5.861.716,75	2.874.654,63	103,91%	0,30%
Encargos Sociais a Pagar	1.082.808,80	1.092.523,39	-0,89%	0,06%
Pessoal a Pagar	1.936.343.821,47	1.418.049.577,88	36,55%	99,63%
Total	1.943.451.357,05	1.422.195.178,50	36,65%	100,00%

Fonte: SIAFI

Nota 08 – PASSIVO CIRCULANTE – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Registra os valores a pagar a credores decorrentes de fornecimento de bens/materiais e da prestação de serviços. Ao final de 2021, o Ministério da Saúde apresentou um saldo de R\$ 946 milhões no grupo de Fornecedores e Contas a Pagar. A seguir, apresentam-se as referidas obrigações segregadas por credores nacionais e estrangeiros:

Fornecedores e Contas a Pagar

R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Fornecedores e Contas a Pagar – Nacionais	719.482.693,00	400.231.873,02	79,77%	75,98%
Fornecedores e Contas a Pagar – Estrangeiros	227.484.365,27	135.882.615,92	67,41%	24,02%
Total	946.967.058,27	536.114.488,94	76,64%	100,00%

Fonte: SIAFI

Em referência aos dados da Tabela, elucida-se que o aumento das obrigações corresponde, predominantemente, a conta “Fornecedores e Contas a Pagar – Nacionais”, tanto que o aumento de 79,77% foi o que mais impactou o total geral em 76,64%.

Em continuação, apresenta-se a segregação por órgão contratante com valores dos fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2021.

Fornecedores por Órgão Contratante

R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Ministério da Saúde	112.863.296,06	123.971.950,33	-8,96%	11,92%
Fundação Oswaldo Cruz	812.920.926,59	372.424.115,89	118,28%	85,84%
Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A	18.865.578,44	31.572.612,19	-40,25%	1,99%
Fundação Nacional de Saúde	776.532,81	7.205.031,55	-89,22%	0,08%
Agência Nacional de Vigilância Sanitária	1.485.676,38	912.704,89	62,78%	0,16%
Agência Nacional de Saúde Suplementar	55.047,99	28.074,09	96,08%	0,01%
Total	946.967.058,27	536.114.488,94	76,64%	100,00%

Fonte: SIAFI

A Fundação Oswaldo Cruz é responsável por 85,84% do total a ser pago, isso ocorre devido a aquisição, principalmente de fornecedores estrangeiros, de insumos para produção de vacinas no combate da pandemia do COVID-19, além de produtos estratégicos de saúde.

Nota 09 – PASSIVO CIRCULANTE – TRANSFERÊNCIAS

Nesse grupo, registra os valores a serem transferidos aos entes da federação, na qual a obrigatoriedade segrega-se por: determinação constitucional (Transferências Constitucionais), deliberação legal (Transferências Legais) e por instrumento jurídico entre as partes (Transferências Discricionárias). A seguir, apresentam-se as referidas obrigações segregadas:

Transferências Fiscais

R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2021	AV%
Transferências Constitucionais a Pagar	96.298.264,06	3,50%
Transferências Discricionárias a Pagar	2.658.644.612,39	96,50%
Transferências Legais a Pagar	158.000,00	0,01%
Total	2.755.100.876,45	100,00%

Fonte: SIAFI

Destaca-se a considerável parte das transferências discricionárias no total das obrigações, em 96,50% no total, devido ao incremento de celebrações de instrumentos de transferências voluntárias pela Fundação Nacional de Saúde, no exercício de 2021.

Necessário explicar que a STN alterou o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) na virada de 2020 para 2021 e segregou o grupo de transferências para melhor evidenciar as formas de repasse entre os entes da federação. Assim, essa mudança na contabilidade da União teve o intuito de melhorar a demonstração das transferências intergovernamentais, e foi de grande impacto na pasta da saúde por ser o segundo órgão, em nível de órgão superior, que mais realiza esse tipo de transferência, com 33,93%, conforme se demonstra:

Transferências Fiscais a Curto Prazo – Órgão Superior

R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2021	AV%
Ministério do Desenvolvimento Regional	3.455.065.591,77	42,55%
Ministério da Saúde	2.755.100.876,45	33,93%
Ministério da Cidadania	886.531.750,89	10,92%
Ministério do Turismo	354.708.433,72	4,37%
Ministério da Educação	256.714.390,89	3,16%
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	196.175.992,53	2,42%
Ministério da Defesa	65.719.439,99	0,81%
Ministério da Justiça e Segurança Pública	65.028.580,95	0,80%
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	39.143.382,97	0,48%
Ministério do Meio Ambiente	20.412.674,04	0,25%
Ministério da Economia	11.988.039,33	0,15%
Outros	12.961.510,17	0,16%
Total	8.119.550.663,70	100,00%

Fonte: SIAFI

Nota 10 – PASSIVO CIRCULANTE – PROVISÕES

As provisões são obrigações de prazo ou valor incerto que devem ser reconhecidas quando, concomitantemente: houver obrigação presente decorrente de evento passado; seja provável a saída de recurso para liquidar a obrigação; e seja possível realizar estimativa confiável do valor da obrigação.

Dito isso, cabe salientar que no período de 2021 o Ministério da Saúde apresentou um montante de R\$ 425 milhões relacionados a provisões de curto prazo, sendo o maior volume registrado se refere a riscos trabalhistas no Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., representando 61,25% do grupo.

Provisões a Curto Prazo – Composição

R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Provisão para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	260.859.728,69	262.694.687,30	-0,70%	61,25%
Provisões para Riscos Fiscais a Curto Prazo	79.899.649,69	82.261.662,06	-2,87%	18,76%
Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo	82.067.586,45	80.625.538,17	1,79%	19,27%
Prov. obrig. decor. atuação Governamental a Curto Prazo	2.245.156,66	0,00	-	0,53%
Outras Provisões a Curto Prazo	811.181,34	0,00	-	0,19%
Total	425.883.302,83	425.581.887,53	0,07%	100,00%

Fonte: SIAFI

Nota 11 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE – PROVISÕES

Por sua vez, as provisões de longo prazo, isto é, as obrigações de sentenças judiciais com provável saída de recurso com vencimento após os 12 meses dessas demonstrações contábeis, totalizam a quantia de R\$ 454 milhões.

Provisões a Longo Prazo – Composição

R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo	441.157.607,45	402.404.036,18	9,63%	97,07%
Provisão Para Riscos Fiscais a Longo Prazo	4.830.283,53	2.034.513,31	137,42%	1,06%
Provisão Para Riscos Cíveis a Longo Prazo	8.463.872,10	13.650.991,56	-38,00%	1,86%
Total	454.451.763,08	418.089.541,05	8,70%	100,00%

Fonte: SIAFI

Em semelhança as provisões de curto prazo, o maior volume está no Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. e também se concentra no risco do tipo trabalhista, equivalendo a R\$ 97,07% das provisões de longo prazo.

Nota 12 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO – COMPOSIÇÃO

O Patrimônio Líquido é a composição de contas que compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos dos passivos do órgão. No âmbito do Ministério da Saúde, como órgão superior, destaca-se os grupos “Resultados de Exercícios Anteriores” e “Resultado do Exercício” representando 63,16% e 40,28% do Patrimônio Líquido, respectivamente.

Patrimônio Líquido – Resultados Acumulados

R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Patrimônio Social e Capital Social	180.949.740,04	119.806.820,23	51,03%	0,58%
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	42.047.418,80	61.142.919,81	-31,23%	0,14%
Ajuste de Avaliação Patrimonial	43.110.098,85	44.041.684,83	-2,12%	0,14%
Demais Reservas	30.244.847,86	30.321.797,44	-0,25%	0,10%
Resultado do Exercício	12.493.987.695,29	2.401.891.477,76	420,17%	40,28%
Resultados de Exercícios Anteriores	19.593.091.163,38	17.723.206.652,23	10,55%	63,16%
Ajustes de Exercícios Anteriores	(1.362.243.565,23)	(533.015.502,17)	155,57%	-4,39%
Total	31.021.187.398,99	19.847.395.850,13	56,30%	100,00%

Fonte: SIAFI

Nesse sentido, a rubrica Resultados de Exercícios Anteriores, com a maior representatividade do total, retrata o acúmulo dos superávits e déficits nos exercícios decorridos. No contexto do Ministério da Saúde, destaca-se que o considerável acréscimo de 420,17% na conta “Resultado do Exercício” devido ao Resultado Patrimonial de 2021, no qual confronta todas as variações patrimoniais aumentativas com as variações patrimoniais diminutivas.

Essa variação positiva no Resultado do Exercício pode ser apurada na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), especialmente no grupo de contas Transferências e Delegações Recebidas, devido ao incremento do montante de R\$ 18,511 bilhões, em relação ao exercício de 2020. A apuração desse valor foi detalhada na Nota 16 deste documento.

Nota 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO – ADIANT. P/ FUT. AUM. DE CAPITAL (AFAC)

No item “AFAC”, no âmbito do Ministério da Saúde, corresponde basicamente ao registro de integralização de capital social da Grupo Nossa Senhora Conceição (GHC), devido à alteração da natureza jurídica de sociedade de economia mista para empresa pública dependente, ocorrido em 2017. Dessa forma, conforme determina a Macrofunção 021122 – Participação da União no Capital de Empresas, os recebimentos de recurso financeiro recebidos pela companhia descapitalizam o saldo do patrimônio líquido do Ministério da Saúde. Assim, o total dos repasses geraram uma diminuição de R\$ 19,1 milhões, o que corresponde a um decréscimo de 31,23%.

Nota 14 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Destaca-se a conta de Ajustes de Exercícios Anteriores que evidenciam o reconhecimento decorrente de efeitos de mudança de política contábil ou de retificação de erro imputável a determinado exercício pretérito que não possa ser atribuído a fatos subsequentes.

Entre os fatos que impactaram esse subgrupo, encontram-se o reconhecimento da depreciação acumulada de bens móveis, permanentes e de consumo que não vinham sendo depreciados e que, por conta da realização do inventário físico para implementação do SIADS, reconheceu de forma posterior. Na esfera do Ministério da Saúde, reconheceu a depreciação de parte do imobilizado para a posterior transferência ao setor responsável pelo ativo.

Nota 15 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais, conforme disposto no art. nº 104 da Lei nº 4.320/64, evidencia as alterações verificadas no patrimônio da União durante o exercício financeiro, resultante ou independente da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

Neste Órgão a DVP foi elaborada utilizando-se as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas) e 4 (variações patrimoniais aumentativas) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Dessa forma, utiliza-se o método da função em que as VPD são classificadas de acordo com o programa ou o propósito para o qual foi criado. Assim, esse método é adequado para este Ministério que tem funções relacionadas ao fornecimento de serviços de saúde.

Nota 16 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (VPA)

No Ministério da Saúde, as Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA tiveram acréscimo de 10,61% em relação ao mesmo período do exercício anterior. O grupo de maior representatividade, “Transferências e Delegações Recebidas”, atingiu o montante de 184,437 bilhões e representa quase a totalidade das VPAs, 95,12%. Dentro desse item está o registro que corresponde à contrapartida do Balanço Financeiro relativa aos recebimentos “Resultantes e Independentes da Execução Orçamentária”, ou seja, ao recebimento de recursos de órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

Variações Patrimoniais Aumentativas - Composição

R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	569.090.609,49	575.462.830,38	-1,11%	0,29%
Contribuições	0,00	0,00	-	0,00%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	21.852.376,02	17.430.733,46	25,37%	0,01%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	66.139.113,13	38.652.431,15	71,11%	0,03%
Transferências e Delegações Recebidas	184.437.252.912,77	165.925.598.208,77	11,16%	95,12%
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincor. de Passivo	5.967.440.327,30	6.154.880.669,65	-3,05%	3,08%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.847.241.697,50	2.590.711.250,87	9,90%	1,47%
Total	193.909.017.036,21	175.302.736.124,28	10,61%	100,00%

Fonte: SIAFI

As Transferências e Delegações Recebidas são o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intragovernamentais, transferências intergovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios e transferências do exterior, que tiveram uma variação positiva de 11,16% na DVP.

Transferências Recebidas – Composição

R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Transferências Intragovernamentais	178.428.937.869,27	165.383.489.996,14	7,89%	96,74%
Transferências Intergovernamentais	10.301.753,41	1.399.780,50	635,95%	0,01%
Transferências das Instituições Privadas	78.250.532,26	38.780.112,05	101,78%	0,04%
Transferências de Pessoas Físicas	-	560,00	-	0,00%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	5.919.762.757,83	501.927.760,08	1079,41%	3,21%
Total	184.437.252.912,77	165.925.598.208,77	11,16%	100,00%

Fonte: SIAFI

Nota 17 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (VPD)

As Variações Patrimoniais Diminutivas do Ministério da Saúde, em 2021, apresentam uma variação em relação ao mesmo período do exercício anterior na ordem de 4,92%.

Os itens que apresentaram os maiores percentuais de variação foram: Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras com 473,32%; Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporações de Passivos com 360,97%; Custos – Mercadorias, Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados com 119,52% e Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo com 67,16%, em relação ao exercício anterior.

Variações Patrimoniais Diminutivas – Composição

R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Pessoal e Encargos	9.059.349.975,88	8.960.579.824,54	1,10%	4,99%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	10.560.491.771,29	10.741.815.955,30	-1,69%	5,82%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	42.180.592.183,05	25.233.366.802,21	67,16%	23,25%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	10.192.849,85	1.777.860,96	473,32%	0,01%
Transferências e Delegações Concedidas	105.709.220.202,87	118.817.423.725,95	-11,03%	58,27%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorp. de Passivos	2.638.191.813,10	572.311.081,16	360,97%	1,45%
Tributárias	640.341.951,16	506.346.725,63	26,46%	0,35%
Custos – Mercadorias, Prod. Vend. e dos Serviços Prest.	4.238.909.662,01	1.930.983.572,68	119,52%	2,34%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	6.377.747.931,71	6.136.239.098,09	3,94%	3,52%
Total	181.415.038.340,92	172.900.844.646,52	4,92%	100,00%

Fonte: SIAFI

As Transferências e Delegações Concedidas compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intragovernamentais, transferências intergovernamentais, transferências às instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios, transferências ao exterior e execuções orçamentárias delegadas. Este item em 31/12/2021 apresentou um saldo de R\$ 105,709 bilhões, o que corresponde uma diminuição de 11,03%.

Na tabela abaixo – transferências a instituições privadas:

Transferências Concedidas – Composição

R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Transferências Intergovernamentais	105.333.030.665,55	116.990.681.660,11	-9,96%	99,64%
Transferências das Instituições Privadas	14.535.779,50	64.505.924,90	-77,47%	0,01%
Transferências ao Exterior	23.524.394,95	858.104.525,69	-97,26%	0,02%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	338.129.362,87	904.131.615,25	-62,60%	0,32%
Total	105.709.220.202,87	118.817.423.725,95	-11,03%	100,00%

Fonte: SIAFI

Ressalta-se que o grupo supracitado registra, praticamente, todas as transferências realizadas, incluindo, as relativas a despesas com: vigilância em saúde; ações de vigilância, prevenção e controle das DST/AIDS e hepatites virais; componente especializado da assistência farmacêutica; atenção pri-

mária à saúde; assistência farmacêutica na atenção primária; atenção à saúde da população para procedimentos de Média a Alta Complexidade – MAC.

Destaca-se, ainda, que o grupo Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos teve um considerável acréscimo na ordem de 360,97%. Este saldo se justifica pelos registros de ajustes para perdas dos créditos de Tomada de Contas Especial – TCE julgadas irregulares da conta “Crédito a Receber por Falta/Irregularidade na Comprovação” pela Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde.

Desvalorização e Perdas de Ativos Incorporação de Passivos – Composição

R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	1.889.697.771,12	439.421.721,84	330,04%	71,63%
Perdas com Alienação	4.407.625,65	3.635.839,20	21,23%	0,17%
Perdas Involuntárias	37.346.593,52	22.260.859,81	67,77%	1,42%
Incorporação de Passivos	2.429.177,87	258.531,44	839,61%	0,09%
Desincorporação de Ativos	704.310.644,94	106.734.128,87	559,87%	26,70%
Total	2.638.191.813,10	572.311.081,16	360,97%	100,00%

Fonte: SIAFI

Nota 18 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – COMPOSIÇÃO

O objetivo do Balanço Orçamentário é demonstrar, em perspectiva, as receitas previstas e as despesas fixadas na Lei Orçamentária e em créditos adicionais, bem como a sua execução, permitindo a comparação dos valores previstos com os realizados, conforme disposto no art. 102 da Lei nº 4.320/1964. O Balanço Orçamentário considera, ainda, a nova estrutura trazida pelo MCASP, demonstrada abaixo, bem como características pertinentes das receitas/despesas orçamentárias e, por fim, interpretação do Resultado Orçamentário.

Estrutura do BO:

- a) Quadro Principal: onde se dispõem as informações sobre despesas e receitas previstas e executadas, detalhadas por categoria econômica, origem (no caso das receitas) e grupo de natureza de despesa (no caso das despesas);
- b) Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados: demonstra, por Grupo de Natureza de Despesa, os RPNP inscritos, liquidados, pagos, cancelados e o saldo;
- c) Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados: demonstra, por Grupo de Natureza de Despesa, os RPP inscritos, pagos, cancelados e o saldo.

Elaboração:

O Balanço Orçamentário foi elaborado utilizando-se as seguintes classes e grupos do Plano de

Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP):

- a) Classe 5 (Orçamento Aprovado), Grupo 2 (Previsão da Receita e Fixação da Despesa); e
- b) Classe 6 (Execução do Orçamento), Grupo 2 (Realização da Receita e Execução da Despesa).

No Balanço Orçamentário é utilizado o enfoque orçamentário para fins de reconhecimento da despesa e da receita, ou seja, utiliza-se o regime misto: de competência para as despesas orçamentárias (reconhecimento no empenho) e de caixa para as receitas orçamentárias (reconhecimento da arrecadação), conforme dispõe o art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

Nota 19 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

Na elaboração das notas do Balanço Orçamentário, considera-se a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada da despesa, que correspondem às alterações posteriores à previsão e fixação inicialmente consignadas na LOA.

Ao analisar a realização da receita por categoria econômica, as Receitas Correntes representam praticamente o total arrecadado. Ademais, as Receitas de Capital são provenientes tanto da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas quanto pela conversão de bens e direitos, ou seja, pela venda de bens de capital. O percentual de realização das Receitas Correntes foi de 85,89%, no final do exercício.

Balanço Orçamentário - Receitas previstas e arrecadadas por Categoria Econômica

R\$ 1,00

Categoria Econômica	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Realização da Receita	% Realiz/ Previsão	AV%
Receita Correntes	2.496.816.824,00	2.496.816.824,00	2.144.590.347,65	85,89%	99,95%
Receitas de Capital	2.257.107.064,00	2.257.107.064,00	1.137.547,56	0,05%	0,05%
Total das Receitas	4.753.923.888,00	4.753.923.888,00	2.145.727.895,21	45,14%	100,00%

Fonte: SIAFI

No conjunto da execução orçamentária no âmbito do Ministério da Saúde, as despesas empenhadas totalizaram R\$ 189,802 bilhões, o correspondente a 94,84% da dotação atualizada de R\$ 200 bilhões.

Dentre as despesas empenhadas, as despesas correntes corresponderam o maior montante de R\$ 185,332 bilhões, ou seja, 95,12% do total da dotação atualizada. No exercício em questão soma-se o combate a pandemia de COVID-19, por meio de aquisição de vacinas e fortalecimento das políticas públicas de saúde.

Balanço Orçamentário – Despesas executadas por Categoria Econômica

R\$ 1,00

Categoria Econômica	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	% Execução (Emp/Dot)	AV%
Despesas Correntes	194.838.021.237,00	185.331.896.777,39	95,12%	97,64%
Despesas de Capital	5.289.964.790,00	4.470.279.249,15	84,50%	2,36%
Total das Despesas	200.127.986.027,00	189.802.176.026,54	94,84%	100,00%

Fonte: SIAFI

Nota 20 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

As receitas arrecadadas em 2021 atingiram o montante de R\$ 2,146 bilhões. E, por sua vez, as despesas empenhadas totalizaram o montante de R\$ 189,802 bilhões no mesmo período, o que gerou um resultado orçamentário deficitário de R\$ 187,656 bilhões. Esse fato não representa uma situação negativa devido à especificidade do Ministério da Saúde, de financiar as políticas públicas de saúde sem atuar como órgão primordialmente arrecadador.

Resultado Orçamentário

R\$ 1,00

Categoria Econômica	31/12/2021
Total das Receitas Arrecadadas	2.145.727.895,21
Total das Despesas Empenhadas	189.802.176.026,54
Déficit Orçamentário	187.656.448.131,33

Fonte: SIAFI

O resultado deficitário apresentado no quadro acima limitou-se a uma visão estritamente orçamentária, considerando apenas as receitas originalmente destinadas para a área da saúde. Contudo, o Balanço Orçamentário não demonstra o montante das transferências e delegações recebidas pelo Ministério, as quais são apresentadas na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). No exercício em análise, elas correspondem à importância de R\$ 184,437 bilhões.

Nota 21 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – RESTOS A PAGAR

Conforme disposto no art. nº 67 do Decreto nº 93.872/1986, os Restos a Pagar Não Processados – RPNP referem-se às despesas que, embora empenhadas no exercício corrente, não foram liquidadas (executadas) até 31 de dezembro em decorrência da não conclusão da entrega dos bens e/ou da prestação dos serviços contratados, como também da aferição parcial ou entrega de obras no exercício.

A inscrição dos empenhos nessa rubrica é feita pela STN em 31 de dezembro na execução orçamentária do exercício (despesas empenhadas e não liquidadas), acrescido dos RPNP transpostos/inscritos

em exercícios anteriores (reinscrição) que ainda não tiveram execução concluída e o pagamento realizado. Nesse sentido, a Lei nº 4.320/1964 considera como executada a “despesa empenhada” (e não paga) ao dispor no seu art. 35 que “pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas”.

Analisando-se os restos a pagar, demonstra-se o montante das despesas inscritas e reinscritas em suas respectivas rubricas. Dos RPNP apresentados em 31/12/2021, percebe-se um aumento de 14,73% em relação ao período anterior, o equivalente a R\$ 1,398 bilhões. Em relação aos RPNP inscritos em exercícios anteriores (reinscritos), houve uma diminuição de 2,06%, o correspondente a R\$ 117 milhões.

Balanço Orçamentário – RPNP inscritos e reinscritos

R\$ 1,00

RPNP Inscritos e Reinscritos	31/12/2021	31/12/2020	% Evolução	Diferença
RPNP inscritos em 31/12 do exercício anterior	10.893.393.146,44	9.495.221.415,99	14,73%	1.398.171.730,45
RPNP inscritos de exercícios anteriores (Reinscritos)	5.589.201.082,50	5.706.526.577,42	-2,06%	- 117.325.494,92
Total das Despesas	16.482.594.228,94	15.201.747.993,41	8,43%	1.280.846.235,53

Fonte: SIAFI

Pertinente destacar o elevado volume de reinscrições referente a exercícios anteriores, tal fato se justifica pela exceção das despesas do Ministério da Saúde no tocante ao bloqueio e posterior cancelamento pela Secretaria do Tesouro Nacional, após os prazos estabelecidos no art. 68 do Decreto nº 93.872/1986. À vista disso, o Ministério realiza monitoramento anual ao longo do exercício financeiro, de maneira a evitar reinscrições desnecessárias, e assim impedir um possível comprometimento do orçamento público.

Nota 22 – BALANÇO FINANCEIRO – COMPOSIÇÃO

O Balanço Financeiro demonstra os ingressos (entradas) e dispêndios (saídas) de recursos financeiros a título de receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos de disponibilidades do exercício anterior e aqueles que passarão para o exercício seguinte de acordo com o art. nº 103, da Lei nº 4.320/64.

O Balanço Financeiro foi elaborado utilizando-se as seguintes classes do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP):

- Classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo) para os Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, Saldo em Espécie do Exercício Anterior e Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte;

- b. Classe 3 (Variações Patrimoniais Diminutivas) para as Transferências Financeiras Concedidas;
- c. Classe 4 (Variações Patrimoniais Aumentativas) para as Transferências Financeiras Recebidas;
- d. Classe 5 (Orçamento Aprovado) para a Inscrição de Restos a Pagar; e
- e. Classe 6 (Execução do Orçamento) para a Receita Orçamentária, Despesa Orçamentária e Pagamento de Restos a Pagar.

Nota 23 – BALANÇO FINANCEIRO – INGRESSOS E DISPÊNDIOS FINANCEIROS

No âmbito do Ministério da Saúde, os ingressos atingiram o montante de R\$ 210,695 bilhões com um aumento de 10,60% em relação ao mesmo período de 2020. Esse acréscimo se deu, em grande parte, pelo aumento no item de Recebimentos Extraorçamentários que passou do R\$ 15,199 bilhões para R\$ 22,645 bilhões, gerando um aumento de 48,99%.

Balanço Financeiro – Principais grupos de ingressos financeiros

R\$ 1,00

Ingressos	31/12/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Receitas Orçamentárias	2.145.727.895,21	2.044.616.038,29	4,95%	1,07%
Transferências Financeiras Recebidas	183.772.232.387,97	170.506.909.281,09	7,78%	89,50%
Recebimentos Extraorçamentários	22.644.531.763,88	15.198.556.850,39	48,99%	7,98%
Caixa e Equivalente de Caixa (Ex.Anterior)	2.132.066.060,15	2.749.846.060,93	-22,47%	1,44%
Total	210.694.558.107,21	190.499.928.230,70	10,60%	100,00%

Fonte: SIAFI

Cabe salientar que o grupo “Recebimento Extraorçamentários” apresenta a rubrica “Inscrição de Restos a Pagar Não Processados” que corresponde ao registro do saldo dos empenhos emitidos no exercício corrente para compensar e equilibrar a contrapartida do seu registro como despesa, no lado dos dispêndios, conforme a Lei nº 4.320/1964.

Por sua vez, os dispêndios do MS tiveram um aumento de 10,60% de 2020 para 2021, passando de R\$ 190,500 bilhões para R\$ 210,695 bilhões, e o item que mais contribuiu para esse acréscimo foi o “Pagamentos Extraorçamentários”, pelo mesmo motivo explanado no parágrafo anterior. Conforme se demonstra:

Balanço Financeiro – Principais grupos de dispêndios financeiros

R\$ 1,00

Dispêndios	31/12/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Despesas Orçamentárias	189.802.176.026,54	171.638.533.097,41	10,58%	90,10%
Transferências Financeiras Concedidas	5.294.087.927,45	5.060.040.746,31	4,63%	2,66%
Pagamentos Extraorçamentários	13.527.695.987,83	11.669.288.326,83	15,93%	6,13%
Caixa e Equivalente de Caixa (Ex.Seguinte)	2.070.598.165,39	2.132.066.060,15	-2,88%	1,12%
Total	210.694.558.107,21	190.499.928.230,70	10,60%	100,00%

Fonte: SIAFI

Nota 24 – BALANÇO FINANCEIRO – RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro do período foi deficitário em R\$ 61 milhões, muito em função dos recursos da conta Caixa e Equivalentes de Caixa, provenientes do estoque de caixa apurado no encerramento do exercício e que se transferem ao exercício seguinte.

Há duas formas para o cálculo do resultado financeiro. Pela metodologia do Balanço Financeiro, na qual considera o total dos ingressos e dispêndios excluindo-se o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa. E pela metodologia da Demonstração do Fluxo de Caixa, que considera apenas os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa inicial e final, deduzindo-se o saldo do exercício anterior do saldo que passa para o exercício seguinte. Segue a apuração:

Resultado Financeiro do período X Geração de caixa do DFC

R\$ 1,00

Balanço Financeiro	31/12/2021	31/12/2020	AH%
Caixa e Equivalente de Caixa: Saldo para o Exercício Seguinte	2.070.598.165,39	2.132.066.060,15	-2,88%
(-) Caixa e Equivalente de Caixa: Saldo para o Exercício Anterior	2.132.066.060,15	2.749.846.060,93	-22,47%
(=) Resultado Financeiro	- 61.467.894,76	- 617.780.000,78	-90,05%

Demonstração do Fluxo de Caixa	31/12/2021	31/12/2020	AH%
Caixa e Equivalente de Caixa Final	2.070.598.165,39	2.132.066.060,15	-2,88%
(-) Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	2.132.066.060,15	2.749.846.060,93	-22,47%
(=) Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	- 61.467.894,76	- 617.780.000,78	-90,05%

Fonte: SIAFI

Nota 25 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é um demonstrativo que apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxo de atividades, sendo eles: operacional, de investimento e de financiamento.

As atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias do órgão.

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão. As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienações), reservas, bem como as transferências de capital recebidas. As despesas de capital, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente e concessões de empréstimos.

Por último, as atividades de financiamento compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes.

Os fluxos de caixa das atividades de investimento contribuíram para o resultado deficitário do período, em função do fluxo de desembolsos terem sido superiores aos ingressos, tanto em 2020 quanto em 2021.

Demonstração do Fluxo de Caixa – Composição

R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Fluxo das Atividades Operacionais	927.308.468,73	895.715.172,57	3,53%	-1508,61%
Fluxo das Atividades de Investimento	- 988.776.363,49	- 1.513.495.173,35	-34,67%	1608,61%
Fluxo das Atividades de Financiamento	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Geração Líquida de Caixa	- 61.467.894,76	- 617.780.000,78	-90,05%	100,00%

Fonte: SIAFI

O somatório dos três fluxos corresponde à diferença entre o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício de análise em relação ao exercício anterior. Pode-se perceber que, no âmbito do Ministério da Saúde, não houve movimentação do fluxo das atividades de financiamento. Tal fato justifica-se pela especificidade do MS ser um órgão da Administração Direta e que tem a personalidade jurídica representada pela União.

No tocante ao fluxo das atividades de investimento, identificou-se uma geração de fluxo negativo de R\$ 988 milhões, o que sinaliza uma capitalização sobretudo pela aquisição de Ativos Não Circulante, pela rubrica de “Desembolsos”, conforme demonstrado:

Desembolsos das Atividades de Investimento

R\$ 1,00

Detalhamento – Desembolsos	31/12/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Aquisição de Ativo Não Circulante	952.790.248,96	1.454.274.353,82	-34,48%	96,25%
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	1.886.668,93	2.540.212,66	-25,73%	0,19%
Outros Desembolsos de Investimentos	35.236.993,16	57.575.659,52	0,00%	3,56%
Geração Líquida de Caixa	989.913.911,05	1.514.390.226,00	-34,63%	100,00%

Fonte: SIAFI

Nota 26 – IMPACTOS DA PANDEMIA (COVID-19)

O enfrentamento da pandemia da COVID-19 demandou a continuidade de despesas excepcionais a cargo do Ministério da Saúde. No exercício de 2021, dos R\$ 121,44 bilhões pagos pela União para o combate da pandemia R\$ 44,60 bilhões foram referentes a Pasta da Saúde, representando 36,73% do total dos gastos da União com o enfrentamento à COVID-19 no período. Acentua-se que, em 2021, dos órgãos da União, o Ministério da Saúde é o segundo que mais gastou no combate à COVID-19, ficando atrás apenas do Ministério da Cidadania que foi responsável pelo pagamento do Auxílio Emergencial. Os dados apresentados são do Painel do Tesouro Transparente que monitora os gastos com a pandemia de COVID-19 e podem ser consultados no endereço eletrônico: (<https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-COVID-19>).

Gastos com COVID-19

R\$ 1,00

Por Ministério e Órgão	31/12/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Ministério da Cidadania	61.713.941.939,00	296.124.395.794,00	-79,16%	50,82%
Ministério da Saúde	44.602.980.460,00	39.488.846.330,00	12,95%	36,73%
Ministério da Economia	12.751.477.991,00	178.703.619.180,00	-92,86%	10,50%
Ministério da Educação	1.575.661.590,00	1.192.437.288,00	32,14%	1,30%
Ministério do Turismo	594.302.704,00	6.077.153.402,00	-90,22%	0,49%
Outros	202.006.161,00	2.432.001.913,00	-91,69%	0,17%
Total	121.440.370.845,00	524.018.453.907,00	-76,83%	100,00%

Fonte: Tesouro Transparente

No que tange aos gastos relacionados ao desenvolvimento e compra de vacinas, o Departamento de Logística em Saúde (DLOG) foi responsável pela maior parte da aquisição e distribuição de vacinas,

seguido pelo Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos) e Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), conforme se demonstra a seguir:

Material de Consumo – COVID-19

R\$ 1,00

Unidade Gestora	31/12/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Departamento de Logística em Saúde – Dlog	19.618.975.334,08	69.454.145,67	28147,38%	86,32%
Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos	2.459.075.653,74	281.316.218,59	774,13%	10,82%
Fundação Oswaldo Cruz	561.419.910,14	134.792.112,50	316,51%	2,47%
Outros	87.518.839,85	91.437.072,38	-4,29%	0,39%
Total	22.726.989.737,81	576.999.549,14	3838,82%	100,00%

Fonte: SIAFI

Nota 27 – EVENTOS SUBSEQUENTES – PROVISÕES DE SENTENÇAS JUDICIAIS

Conforme já abordado nesse relatório, as provisões são obrigações de prazo ou valor incerto evidenciadas por obrigação presente com provável a saída de recurso para liquidação, e ainda estimativa confiável do valor. O Ministério da Saúde é especialmente afetado por decisões judiciais, sobretudo relativas à aquisição de medicamentos de alto custo. Em que pesem as dificuldades para estimativa de despesas decorrentes de sentenças judiciais, o órgão Ministério da Saúde vem buscando o aprimoramento do tratamento contábil dado ao assunto.

Nesse sentido, e se valendo da NBC TSP 25 (Evento Subsequente), que viabiliza o órgão ajustar valores das demonstrações contábeis em razão de eventos subsequentes à data a que se referem, foi realizado o reconhecimento das provisões de sentenças judiciais para o exercício de 2022, em 28/01/2022 por meio da 25700100001-2022PA000040, no valor de R\$ 1.186.894.730,02.

Para reconhecer e contabilizar provisões para as despesas com sentença relacionadas à atuação finalística do Ministério da Saúde, foi adotada como metodologia de cálculo: média ponderada dos últimos três exercícios para os recursos classificados no grupo natureza de despesa 3 (outras despesas correntes) e no elemento de despesa 91 (sentenças judiciais) somando às despesas executadas com a marcação da Unidade Gestora Responsável 250925, criada para acompanhar valores de sentença judicial concernente a aquisição e distribuição de medicamentos do componente especializado da assistência farmacêutica. Foi obtido o seguinte resultado:

R\$ 1,00

	2021	2020	2019	Média
Total dos pagamentos de Sentença Judicial	1.721.484.184,11	724.457.566,22	1.114.742.439,74	1.186.894.730,02

Fonte: SIAFI

Vale salientar que as despesas federais com a chamada “judicialização” do fornecimento de produtos e serviços de saúde, em especial medicamentos de alto custo, tem apresentado caráter permanente, oscilando as despesas, todavia, na medida em que a negociação de grandes volumes de medicamentos podem resultar em preços mais favoráveis ao poder público, bem como medicamentos fornecidos por meio de sentenças judiciais podem, em um segundo momento, serem incorporados ao fornecimento regular do Ministério. A esses fatores soma-se o caráter imprevisível da disponibilização de novos tratamentos médicos e das decisões judiciais a serem tomadas.

Diante desse cenário, e das dificuldades apresentadas pela Coordenação-Geral de Gestão de Demandas Judiciais em Saúde (CGJUD) para estimativa das despesas com pagamentos de sentenças judiciais, optou-se pela metodologia descrita, sem prejuízo da eventual adoção, posteriormente, de outra que venha a se demonstrar mais adequada.

A adoção dessa metodologia possibilitou, também, avaliar o comportamento dessa modalidade de despesas ao longo do tempo. Entre 2021 e 2020, percebe-se um acréscimo de 137,71%, muito pelo significativo incremento de 468,12% das despesas correntes executadas no elemento 91, consequência, em especial, de decisões que resultaram em depósitos judiciais para custeio de tratamentos com medicamento para pacientes diagnosticados com atrofia muscular espinhal (AME), conforme amplamente noticiado ao longo do exercício de 2021.

Despesas com Sentença Judicial

R\$ 1,00

Metodologia	31/12/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Natureza de Sentença Judicial	772.230.165,94	135.926.311,29	468,12%	44,84%
UGR 250925 – SJ-MED/MS	949.921.066,55	588.537.308,43	61,40%	55,16%
Total	1.722.151.232,49	724.463.619,72	137,71%	100,00%

Fonte: SIAFI

Nota 28 – PARTES RELACIONADAS

A divulgação de transações entre partes relacionadas, instituída pela NBC TSP 22 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), é um instrumento oportuno na prestação de contas e responsabilização (*accountability*) no setor público. Diante disso, o Ministério da Saúde deve destacar para a sociedade quando apresentar controle ou influência significativa em alguma entidade e, portanto, ponderar o enquadramento como partes relacionadas.

Inicialmente, cabe contextualizar que as empresas em que a União tem participações diretas, fazendo parte do Orçamento de Investimento, são registrados no órgão Ministério da Economia e contabilizadas pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP) quando configuram relação de controle e/ou influência significativa.

No caso específico do Ministério da Saúde, encontra-se nessa condição a Empresa Brasileira de He-

moderivados e Biotecnologia (Hemobrás) que além de ter o capital social de 100% em posse da União, tem o Ministério da Saúde como único cliente, segundo a regulamentação de hemoderivados.

As operações com medicamentos feitas entre a Hemobrás e o Ministério da Saúde são realizadas a preços e condições definidas por meio de contrato, que levam em consideração os valores praticados no mercado internacional e o equilíbrio econômico-financeiro da companhia. Observa-se, portanto, preços e condições usuais sem gerar qualquer benefício indevido a nenhuma das partes.

Conveniente citar o Grupo Hospitalar Conceição (GHC) que é atualmente uma empresa pública dependente, com personalidade de direito privado, vinculada ao Ministério da Saúde. Originalmente sua constituição foi como sociedade anônima, porém a União reconheceu sua utilidade pública e adquiriu a totalidade das ações de seu capital social. Dessa forma, atualmente o GHC é classificado como entidade da Administração Pública Indireta e, conforme mencionado na Nota 13 os repasses de recursos são realizados por meio de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), resultando em ampliação da capacidade operacional da entidade.

No tocante a remuneração do Pessoal-Chave das partes relacionadas, entende-se que a apresentação de forma detalhada seja inviável, dado à complexidade que envolve a temática. Acrescenta-se ao fato de que os órgãos não utilizam um sistema único de administração de pessoas, como é o caso do GHC, por exemplo, que ainda não aderiu ao SIAPE.

Dessa forma, as informações sobre as despesas com pessoal do Ministério da Saúde e órgãos vinculados pode ser consultada de maneira individualizada por meio do Portal da Transparência (www.transparencia.gov.br).

Alternativamente é apresentada tabela com a distribuição dos cargos, funções e gratificações ao final de dezembro de 2021 no órgão MS no montante de 1.949 cargos, com maior representatividade nas FCT (Função Comissionada Técnica), 48,44% do total.

Grupo de Cargos e Funções

Detalhamento	31/12/2021	AV%
DAS (Direção e Assessoramento Superior)	300	15,39%
FPE (Função Comissionada do Poder Executivo)	703	36,07%
FCT (Função Comissionada Técnica)	944	48,44%
FGR (Função Gratificada – Lei nº 8.216/1991)	1	0,05%
NES (Secretário Executivo)	1	0,05%
Total	1.949	100,00%

Fonte: SIAPE

Ademais, apresenta-se a relação dos DAS, que nesse recorte estão caracterizados como Pessoal-Chave

do órgão, organizados por diversas variáveis como distribuição, faixa etária, grau de instrução e gênero:

DAS – MS

Detalhamento	31/12/2021	31/12/2020	AH%	AV%
DAS-3	100	102	-1,96%	33,33%
DAS-4	147	149	-1,34%	49,00%
DAS-5	45	46	-2,17%	15,00%
DAS-6	8	7	14,29%	2,67%
Total	300	304	-1,32%	100,00%

Fonte: SIAPE

Quantitativo dos Ocupantes de DAS - por Grau de Instrução

Grau de Instrução	DAS-3	DAS-4	DAS-5	DAS-6	Total	AV%
Ensino Médio	14	11	3	0	28	14,00%
Ensino Superior	74	122	32	7	235	74,00%
Especialização	2	1	3	0	6	2,00%
Mestrado	6	8	3	1	18	6,00%
Doutorado	4	5	4	0	13	4,00%
Total	100	147	45	8	300	100,00%

Fonte: SIAPE

Ocupantes de DAS - por idade

Detalhamento	Até 30 anos	31 a 40 anos	41 a 50 anos	51 a 60 anos	Acima de 60 anos	Total
DAS-3	3	34	35	21	7	100
DAS-4	2	47	43	36	19	147
DAS-5	0	8	21	12	4	45
DAS-6	0	0	3	5	0	8
Total	5	89	102	74	30	300

Fonte: SIAPE



Ocupantes de DAS – por Gênero

Detalhamento	Masculino	% Masc.	Feminino	% Femin.	Total
DAS-3	53	53,00%	47	47,00%	100
DAS-4	85	57,82%	62	42,18%	147
DAS-5	25	55,56%	20	44,44%	45
DAS-6	6	75,00%	2	25,00%	8
Total	169	56,33%	131	43,67%	300

Fonte: SIAPE

Nota 29 – APRIMORAMENTO DA GESTÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

A Controladoria-Geral da União (CGU), no uso de suas atribuições, realizou o Relatório de Avaliação 879316, abordando os temas: a análise financeira das Demonstrações Contábeis da Unidade, referentes a 31/12/2020 e a conformidade dos atos de gestão subjacentes selecionados no escopo de trabalho. Nesse trabalho, a CGU faz algumas recomendações no tocante às distorções nas demonstrações contábeis e fragilidades no controle internos.

Diante dos apontamentos elencados no Relatório da CGU, as áreas do Ministério da Saúde (MS) envolvidas nesses processos buscaram rever os fluxos das atividades e seus controles internos.

Como exemplo de ações realizadas pela área técnica do Ministério para o estabelecimento das recomendações da CGU, destaca-se o empenho das unidades na implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS, no âmbito do MS. A Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA) vem desempenhando esse papel, principalmente por meio da Divisão de Patrimônio (DIPAS).

Inicialmente foi formada a Comissão de Inventário Anual, conforme a Portaria SAA nº 511 de 7 de junho de 2021, para a unidade central em Brasília/DF. Também foi elaborado um cronograma de conclusão dos inventários por área da pasta e criado um processo SEI para acompanhamento por unidade.

A Divisão de Patrimônio vem realizando algumas etapas desse processo para que os bens sejam incorporados ao SIADS a fim de representar de maneira fidedigna o patrimônio do ente. Destacam-se as seguintes fases:

- > Inventário Físico dos bens;
- > Classificação e substituição de bens inservíveis;
- > Ajustes contábeis Sistemas SIPAT e SIAFI;
- > Transferência dos bens do Departamento de Logística em Saúde para Coordenação-Geral de Material e Patrimônio;
- > Retombamento dos bens móveis.

A respeito das unidades descentralizadas no Ministério da Saúde, a CGMAP/SAA vem desenvolvendo atividades relevantes para proporcionar a implementação do SIADS, apesar dessas unidades serem responsáveis por seus cadastros, com o intuito de realizar os ajustes patrimoniais e contábeis necessários, dentre elas:

- > Aquisição de rotuladores eletrônicos de mesa e fitas laminadas para identificação dos bens permanentes para unidades de Brasília-DF, com a possibilidade de execução da ata pelas Unidades Administrativas de Serviços Gerais – UASGs do Ministério da Saúde, como Superintendências Estaduais, Distritos Sanitário Especial Indígenas, Hospitais Federais e Institutos. Informa-se que as unidades gestoras vêm aderindo à respectiva Ata de Registro de Preços.
- > Promoção de capacitação a cada 4 (quatro) meses, na temática de gestão de bens móveis, com ênfase em Inventário, Desfazimento e Implantação do SIADS – Módulo Patrimônio, sendo os gestores de almoxarifado e patrimônio o público alvo desse treinamento, em todas as unidades gestoras vinculadas ao MS.
- > Participação da Coordenação de Material e Patrimônio (COMAP) no Projeto Gestão Itinerante, onde são realizadas visitas técnicas às Superintendências Estaduais do Ministério da Saúde, visando promover alinhamento e treinamento dos gestores para a correta implantação do SIADS nos estados.
- > Criação e disponibilização dos “Procedimentos Operacionais Padrão” (POP) relativos a cada atividade a ser realizada no processo de implantação do Sistema SIADS.

Destaca-se ainda a elaboração do Manual de Gestão de Material e Patrimônio do Ministério da Saúde, pela Coordenação de Material e Patrimônio (COMAP), para padronizar as atividades relacionadas a gestão patrimonial no órgão, de forma a alinhar as atividades desenvolvidas em todas as unidades.

Como exposto, o Ministério da Saúde tem buscado aprimorar as práticas administrativas e contábeis nas atividades de gestão do patrimônio público. O referido Relatório de Auditoria contribui nesse sentido, proporcionando subsídios para as equipes, como conhecimento técnico e reflexão sobre a execução, com outro olhar para as atividades e controles internos.

<https://www.gov.br/saude>

